

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA
PRÓ – REITORIA DE PESQUISA E PÓS – GRADUAÇÃO - PPG
COORDENADORIA DE PÓS – GRADUAÇÃO – CPG
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL E REGIONAL

LUCIANY FUSCO SERENO

**COOPERATIVISMO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: uma análise da
atuação da COPPALJ no município de Lago do Junco-MA**

São Luís-MA
2016

LUCIANY FUSCO SERENO

**COOPERATIVISMO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: uma análise da
atuação da COPPALJ no município de Lago do Junco-MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Zulene Muniz Barbosa

São Luís-MA

2016

SERENO, Luciany Fusco.

COOPERATIVISMO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: uma análise da atuação da COPPALJ no município de Lago do Junco-MA/ Luciany Fusco Sereno. – 2016.

87f.

Orientadora Zulene Muniz Barbosa.

Dissertação (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

1. Cooperativismo - Maranhão - Aspectos sociais 2. – Maranhão – Aspectos econômicos 3. Cooperação I. Título.

CDU 631.115.8:331.4(812.1)

LUCIANY FUSCO SERENO

**COOPERATIVISMO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: uma análise da
atuação da COPPALJ no município de Lago do Junco-MA**

Dissertação defendida e aprovada em: ____ / ____ / ____.

Banca Examinadora:

Examinador 1°

Examinador 2°

Examinador 3°

AGRADECIMENTOS

Agradecer é algo eminente, não conseguimos conquistar nossos objetivos sozinhos, as colaborações podem ser sentidas de várias maneiras. Em especial, gostaria de agradecer:

À Profa. Dra. Zulene Muniz Barbosa que, com conhecimento, empenho, ética e profissionalismo, conduzindo meu aprendizado na execução deste trabalho, edificando e lapidando meu conhecimento.

Aos meus pais Carlos Henrique Meneses Sereno e Maria Aparecida Fusco Sereno, meu esposo Fabio de Almeida e Silva e aos meus tios Manuel Rebelo e Edna Sereno quem e incentivaram a prosseguir aprimorando meus conhecimentos e me acolheram com muito carinho.

Aos professores do PPDSR, agradeço as inegáveis contribuições durante este aprendizado, em especial: Prof. Dr. José Sampaio e Profa Dra Franci Gomes;

À FAPEMA pela bolsa concedida, sem a qual não seria possível alcançar o objetivo de conclusão do mestrado.

Agradeço à Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco(COPPALJ), aos coordenadores e demais membros que me concederam informações essenciais para elaboração do trabalho.

Aos amigos de turma do mestrado e amigos do trabalho, pela amizade, companheirismo e pelo aprendizado proporcionado nas discussões em sala de aula.

Agradeço, finalmente, a Deus pela abundante generosidade.

*“Uma ideia torna-se uma força material quando ganha
as massas organizadas”.*

Karl Marx

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar os “empreendimentos econômicos solidários” em escala local, o modo como adquirem uma funcionalidade em “tempos” de precarização do trabalho. A referência empírica são cooperativas de base popular que se estruturam como modelos alternativos de organização do trabalho em comunidades rurais situadas nos municípios da região do Médio Mearim, assessorada pela Associação em áreas de assentamento do Estado do Maranhão-ASSEMA. Examina-se particularmente o processo de formação e de organização do caso específico da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco-COPPALJ, que se estruturaram com o apoio governamental e sindical, resultado da organização dos trabalhadores em movimento social.

Palavras-chave: Cooperativismo, Economia Solidária, Precarização.

ABSTRATC

The objective of the present study is to analyze the "solidarity economic enterprises" on a local scale, the way they acquire functionality in "times" of precariousness of work. The empirical reference is popular grassroots cooperatives that are structured as alternative models of work organization in rural communities located in the municipalities of the Middle Mearim region, assisted by the Association in settlement areas of the State of Maranhão-ASSEMA. The process of formation and organization of the specific case of the Cooperativa dos Pequenos Agro-Extratores de Lago do Junco-COPPALJ, which was structured with governmental and union support, is a particular result of the organization of workers in a social movement.

Keywords: Cooperativism, Solidarity Economy, Precarization.

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1: Localização geográfica do município de Lago do Junco – MA

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 : Quadro sintético da história política da Economia Solidária

LISTA DE SIGLAS

AMTR	Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues
ASSEMA	Associação em áreas de Assentamento do Estado do Maranhão
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
CIRA	Cooperativa Integral de Reforma Agrária
COPPALJ	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco-MA
COPPAES P	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis-MA
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBD	Instituto Biodinâmico
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PRODECE R	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
SDTS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SENAES	Secretaria de Economia Solidária
SUDEMA	SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UNICAFES- MA	União Nacional das Cooperativas de Economia Solidária do Estado do Maranhão

SUMÁRIO

1. PRODUÇÃO ASSOCIADA EM TEMPOS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	23
1.1 Crise e Reestruturação Produtiva	23
1.2. Reestruturação produtiva e as transformações do trabalho no Brasil	26
1.3. Experiências Auto-gestionária de Economia Solidária no Brasil (1990-2000)	29
1.4 A Política de Economia Solidária	36
1.5 As experiências Economia Solidária no Maranhão: quais especificidades	42
2. OS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO.....	48
2.1. As Associações Operárias	48
2.2. O Socialismo Utópico: Saint Simon, Owen e Fourier	49
2.3 A Crítica de Marx aos Socialistas Utópicos e Proudhon	56
2.4. Cooperação em Marx e Produção Associada.....	63
3. EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: Funcionalidade, Limites e Possibilidades.	70
3.1 O Caso Específico da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco- COPPALJ.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	90
Apendice I	95
Anexos	97

INTRODUÇÃO

Neste trabalho analisamos os processos de formação e de organização de cooperativas populares de trabalho: o caso da COPPALJ (Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco-MA) com o objetivo de expor, como e por meio de quais particularidades as cooperativas adquirem uma funcionalidade no processo de precarização do trabalho em curso, ao mesmo tempo que podem (ou não) reafirmar valores coletivos no interior da ordem do capital.

Essas organizações formadas por grupos de trabalhadores por meio do desenvolvimento de uma racionalidade voltada para as demandas de mercado buscam soluções para o desemprego, adquirindo uma grande expressividade em âmbito nacional com significados e designações distintas como: economia do trabalho (CORAGGIO 2000), economia popular (GAIGER, 2008; TIRIBA 2001) e economia solidária (SINGER, 2002). Em geral, segundo Pagotto (2010), esta variedade de conceituações resume a ideia acerca da probabilidade de construção de uma “outra economia”, são cooperativas que se definem pela economia mercantil, embora se afirmem pela mutualidade da economia não-mercantil.

O Movimento cooperativista surgiu em meados do século XIX como resposta dos trabalhadores a exploração do trabalho decorrente do desenvolvimento da atividade industrial nos marcos da primeira Revolução Industrial. Na contemporaneidade, na extrema do capitalismo globalizado e da terceira revolução industrial, a classe trabalhadora novamente aciona o cooperativismo popular em reação ao desemprego estrutural.

No Brasil as primeiras experiências de cooperativismo remontam ao século XIX. No século vinte inúmeras experiências cooperativas conseguiram expressão nacional nas décadas de 1970 e 1980. No Maranhão, este, não se diferenciou do tipo de cooperativa que se desenvolveu em outros Estados, sendo um cooperativismo articulado as elites dominantes e latifundiárias da região.

No Maranhão, não objetivavam transformar a realidade socioeconômica dos segmentos de baixa renda, pois, estavam sob controle

dos grandes proprietários de terra que se responsabilizavam pela organização, produção e comercialização da produção. (NOVAES, 2007).

A discussão a respeito do controle fabril pelos trabalhadores ganhou destaque nas últimas décadas em razão do surgimento de um conjunto de experiências de cooperativas desenvolvida por trabalhadores, que, por muitas vezes encontram dificuldades em negociar de imediato sua força de trabalho no mercado capitalista. Nessas circunstâncias, as associações e cooperativas, se formam como alternativas de sobrevivência para as camadas populares (no campo e na cidade).

Essas práticas de trabalho de acordo com a análise de Pagotto (2010) não são consideradas apenas alternativas de sobrevivência, elas também geram possibilidades (aos trabalhadores) para se contrapor ao modo de produção capitalista. A emergência das experiências de associações e cooperativas se organiza segundo as concepções autogestionárias, especificamente, no fim dos anos de 1980 retomando discussões que questionam o próprio modo de produção capitalista. Nesse sentido são formas de organização solidárias que assumem grande importância para a reprodução de parcelas da população que se encontra a margem do emprego formal.

O conceito de “economia solidária” formulado por Singer (2000), além de utilizar elementos da teoria marxista considera-se, também, outras vertentes que se afirmaram no âmbito das teses formuladas pelos socialistas utópicos como Saint-Simon, Fourier e Owen, e Joseph Proudhon, as quais inspiraram um tipo produção organizadas a partir do trabalho cooperativo. No final dos anos 1980 a perspectiva marxista inspirou o cooperativismo estruturado, a partir dos movimentos sociais e sindicatos, e serviu de base para estruturar o movimento de ocupação e gestão pelos trabalhadores de empresas que vieram ou estavam em vias de falir.

A partir dessa compreensão, os empreendimentos econômicos solidário procuram associar o processo de comercialização da produção do seu trabalho à construção de relações mercantis, não precisamente vinculadas à economia capitalista. Entretanto essa forma de reprodução pode ocultar uma relação de exploração no âmbito da circulação de mercadorias, através da suposta ideia de “libertação” do trabalho assalariado ou ainda construção da

“cidadania” e de “inclusão social”, e até mesmo a ideia de que a economia solidária constitua uma alternativa rumo a um novo modo de produção.

Em síntese, o trabalho em cooperativas como arranjo inserido na dinâmica das sociedades capitalistas não é de hoje, mas é uma questão que se constrói e reconstrói desde o século XIX apoiado nas formulações de socialistas, anarquistas e comunistas, como Saint-Simon, Fourier, Owen, Proudhon e Marx, enfim como mecanismo de organização política da classe trabalhadora.

O aumento do número de cooperativas de produção, no início da década de 1990, marca uma fase relevante e de grande importância na história do cooperativismo no Brasil. As cooperativas eclodem como configurações sociais de produção singular por instituírem-se como um modo de ocultar uma relação de exploração e subordinação entre o capitalista e o trabalhador, que se expressa na relação entre vendedores de mercadorias em igualdade de condições, definido no campo da circulação.

A produção cooperada nessa investigação, portanto, é debatido como forma de identificar os meios a partir dos quais esses tipos de organizações adquirem relevância em face do processo de precarização do trabalho, estabelecendo (ou não) valores do cooperativismo e as possibilidades e os limites de estabelecerem relações e construírem “redes solidárias”, sejam redes internas entre os associados, sejam redes Inter organizacionais, atuando no âmbito de uma economia de mercado.

A partir dessa análise centramos o foco nas particularidades que englobam o contexto histórico, o modo como se organizam e seu funcionamento sob o formato de cooperativa de trabalho, o suporte que direciona essa pesquisa foi identificar os interesses dos trabalhadores em fazer parte de associação e/ou cooperativa; como vivenciam os novos modos de trabalho, sob o impacto da flexibilização e precarização das condições de trabalho, e mais que isso, como se organizam para garantir a sua reprodução como extrativista.

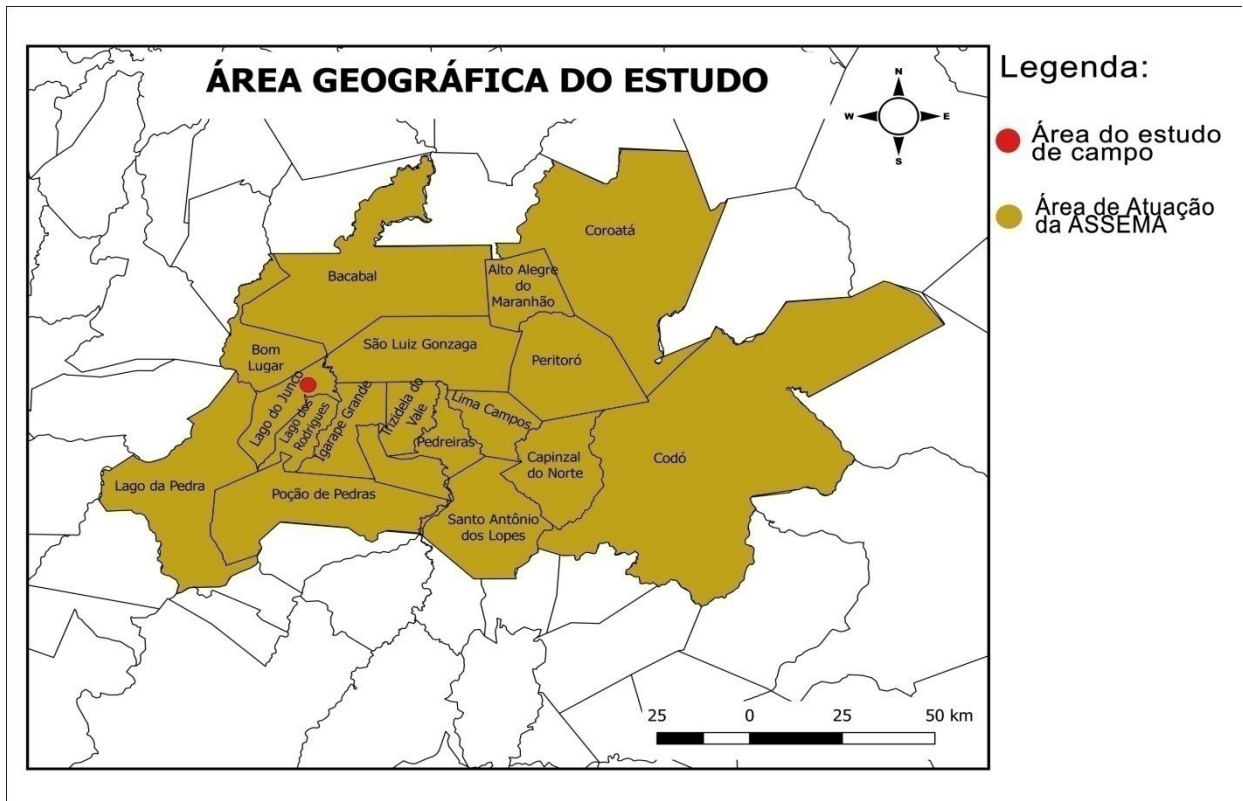
O interesse pelo tema está relacionado em dar desdobramento a pesquisa iniciada durante a minha monografia de graduação onde estudei “A construção social do interesse na ação cooperada na economia do artesanato no Maranhão”, desenvolvendo um estudo de caso na cidade de Barreirinhas-

MA junto a grupos de artesãs associadas e não associadas na Cooperativa das Artesãs dos Lençóis Maranhense (ARTECOOP).

A singularidade da produção cooperada no atual contexto conduziu-nos a intensificar a pesquisa de campo sobre estas organizações de trabalho procurando, dessa forma, examinar detalhadamente a relação entre a dimensão autônoma do trabalho, presente no interior das cooperativas e associações, e a probabilidade destas se afixarem como uma alternativa de resistência e de contestação à precarização do trabalho, principalmente mediada pela política pública na esfera federal, ao se instituir na Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, ligada ao Ministério do Trabalho e emprego (MTE)¹ como fundamental mecanismo de conjunturas entre as experiências nas várias regiões do país.

Para tanto, foi a partir desse interesse que escolhemos o caso específico da COOPPALJ por se tratar de uma organização privada sem fins lucrativos de caráter regional, criada e liderada por agricultores (as) familiares rurais e extrativistas do coco babaçu. A COOPALJ situa-se na zona urbana do município de Lago do Junco-MA, que por sua vez está localizado na Microrregião do Médio Mearim com uma distância de 301 km da capital do estado (mapa 1).

¹Lei 10.683 de 28/05/2003 e decreto 4764 de 24/06/2003.



Mapa 1: Localização geográfica do município de Lago do Junco – MA

Segundo IBGE (2010) o município de Lago do Junco estende-se por 328,525 km e com uma população de 10.729 habitantes, O seu povoamento teve início em 1918, com a chegada do Sr. Gonçalo Rodrigues que, tinha o conhecimento da expansão da Região do Mearim, resolveu assim se fixar, na tentativa de desenvolver a lavoura. A partir de 1925, acentuou-se a chegada de novos nordestinos, pelas mesmas razões, que vieram proporcionar uma melhoria sensível na povoação.

A COPPALJ foi fundada como uma cooperativa de agricultores (as) familiares com representação econômica, ambiental, sociocultural e política, situado e caracterizado pelo Território da Cidadania Médio Mearim. Os membros da cooperativa residem nos municípios de Lago do Junco e povoados vizinho. A COOPALJ produz o óleo de babaçu e a torta de babaçu que serve como nutrientes para ração de animais de corte. Da amêndoa obtêm-se o óleo, utilizado na alimentação, mas também como combustível e lubrificante, e na fabricação de sabão. O óleo comestível e o sabonete produzido dela são dois dos principais produtos com os quais as organizações

extrativistas procuram melhorar a renda dos trabalhadores (as), por meio da criação de sistemas de comercialização e produção em maior escala.

Segundo João Valdeci um dos Cooperados fundadores e ex-presidente da COPPALJ e hoje coordenador da União Nacional das Cooperativas de Economia Solidária do Estado do Maranhão (UNICAFES – MA) ressalta que na metade da década de 1970, as lutas por terra começaram a devastar o vale do rio Mearim. A terra era tida como produtiva e estavam sob controle dos agricultores familiares. Após os denominados “donos de terra” aparecer, os conflitos pelo pedaço de chão se iniciaram. Com a chegada dos fazendeiros as competições pelos recursos naturais se acentuaram, resultando em conflitos armados. Os trabalhadores não estavam organizados para lutar com os “donos de terra”, nessa luta tiveram o apoio da Igreja Católica que incentivaram a mobilização e organização dos trabalhadores para assim garantir e continuar na terra.

Já na década de 1990, vários povoados conquistaram o acesso a terra, e permaneceram apoiando outros povoados que estavam em vias de conflito. Nessas circunstâncias, a comercialização da produção mostrava sérias dificuldades, pois os mesmos invasores fazendeiros dos conflitos agrários eram por diversas vezes os próprios comerciantes. Dessa forma, produzir e comercializar para essas pessoas tornava-se cada vez mais difícil. Nesse período, os agricultores, através do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR,s) estavam em busca de uma organização própria.

Foi quando em 1991 no município de Lago do Junco (após inúmeros debates e reuniões) 213 agricultores se organizaram e criaram a COPPALJ, com intuito de encorajar e fortalecer a luta pela Reforma Agrária por meio do incentivo a produção e a comercialização dos seus produtos. Participaram ativamente da criação da cooperativa agricultores de vários povoados do município que já haviam reconquistado a posse da terra e tinham a necessidade de melhorar a produção e a comercialização de seus produtos, entre eles os povoados de Pau Santo, São Manoel, Centro de Aparecida, Ludovico, Centro do Aguiar, São Sebastião, Sitio Novo e Centrinho do Acrisio todos pertencentes ao município de Lago do Junco-MA.

A COPPALJ a partir daí iniciou o processo de comercialização com a inserção de cantinas² comunitárias nos povoados, incluindo dois principais tipos de produção, a amêndoa do coco babaçu e a farinha, além de arroz e feijão. Nas cantinas são compradas as amêndoas de babaçu dos agricultores que barganham por mercadoria ou por dinheiro (opcional). Mesmo com obstáculos e a concorrência direta com os atravessadores, em 1995 aumentou o número de cantinas, passando de oito para dezesseis. Entretanto, os desafios continuaram, e assim, algumas cantinas não conseguiram se estruturar e manter uma organização política e financeira tendo como resultado o seu fechamento, continuando com apenas oito cantinas. Nessas condições, tornou-se necessário a realização de um recadastramento dos cooperados, ficando apenas 80 dos 213 que iniciaram.

Os cooperados que prosseguiram, discutiram a cooperativa com novas mudanças e critérios, fizeram planejamento em todos os povoados onde estavam situadas as cantinas, pretendendo readquirir e tornar mais forte o mercado local por meio da compra dos produtos produzidos pelos agricultores e membros da cooperativa e a venda de mercadorias básicas necessárias ao abastecimento familiar. No ano de 1993, a cooperativa fixa uma unidade de processamento de amêndoas de babaçu, para produção de óleo bruto de babaçu, e assim passaram a comercializar no mercado nacional e internacional.

Valdener Miranda , coordenador da ASSEMA ressalta que a forma de produção desenvolvida por algumas comunidades do município de Lago do Junco, objetivam o melhoramento, recuperação e conservação do solo, e a preservação da reserva legal e das matas ciliares. Bem como, assegura a segurança alimentar e nutricional das comunidades, articulado com melhor uso dos recursos naturais e a utilização integral da produção familiar, usando a tecnologias adequadas, que preservem os conhecimentos locais e que favoreçam a consolidação da conquista da terra.

A COPPALJ estimula o desenvolvimento desse novo modo produtivo juntamente com os cooperados, desenvolvendo também ações em uma

²A COPPALJ tem cantinas que são pequenos comércios nos povoados e onde os associados vendem sua produção e compram diversas mercadorias ou trocam por outros insumos. A cantina é o local onde os associados das comunidades têm relações diretas acompanhada de reunião regular sobre o funcionamento e prestação de contas da cantina.

propriedade ecológica de 52 ha, deixando evidente para o conjunto de cooperados outros modos de produção agropecuária de base ecológica. Essa propriedade está organizada de forma a melhorar as atividades agropecuárias executadas, combinadas com o extrativismo do babaçu, por meio das variedades e integração de setores produtivos, como: fruticultura, horticultura, piscicultura, bovinocultura, avicultura e roças orgânicas, aliados a ações de conservação e preservação ambiental.

No Brasil a produção e comercialização do óleo de babaçu em 2010 atingiram 142 toneladas, segundo dados do relatório da ASSEMA (2010), considerando o mercado brasileiro, europeu e americano. Os principais compradores do óleo de babaçu são as indústrias químicas (produtos de limpeza, higiene e cosméticos). Na indústria alimentícia, na fabricação de margarina, óleo comestível, gordura vegetal, amido e gorduras especiais.

A produção agroextrativista das famílias rurais de Lago do Junco-MA tem acompanhamento técnico da ASSEMA³, que recebe apoio de 18 profissionais de várias áreas que instrui os pequenos produtores desde o processo de produção até o modo de beneficiamento e comercialização dos produtos com foco na ação cooperada entre os associados. O objetivo central da ASSEMA é melhorar qualidade de vida das famílias rurais e estimular a autogestão e cooperação na produção agroecológica. É assim que é possível agregar valor ao consumidor final, afirma João Valdeci, um dos coordenadores da ASSEMA.

Foi dessa forma que a COOPPALJ foi criada no município de Lago do Junco-MA tornando-se um fator importante no processo de estruturação socioeconômico municipal. Hoje sua atuação, estimulada pela criação da Lei

³A ASSEMA foi criada em 1989 por agricultores (as) familiares rurais e extrativistas do coco babaçu, faz parte da associação 48 sócios individuais e 28 coletivos (associações e cooperativas) distribuídos em quatro Articulações Municipais que trabalham em rede, numa abrangência territorial de 18 municípios da região do Médio Mearim e outras regiões. São empreendimentos que produzem mesocarpo, óleo, sabonete do babaçu, além de arroz, feijão e farinha, e comercializam na própria região. As cooperativas e associações, por intermédio da ASSEMA, comercializam derivados do babaçu para outros países. A ASSEMA desenvolve projetos nas comunidades rurais do médio mearim tais como: 1. O Programa Agroextrativista de Produção Integrada – PAPI, que pretende ampliar a produção para o autoconsumo e a comercialização de alimentos seguros e diversificados; 2. O Programa de Comercialização Solidária – PCS cujo objetivo é ampliar a renda das famílias agroextrativistas por meio da organização de processos coletivos de comercialização justa e solidária; e o novo Programa de Formação e Acesso a Direitos – PFAD, que se ocupa em promover o empoderamento dos sujeitos para intervenção qualificada em suas organizações locais e, ainda ampliar o acesso das famílias agroextrativistas, às políticas e programas de segurança alimentar e nutricional-SAN.

do Babaçu Livre⁴ extrapola os limites municipais e regionais, estendendo-se por ampla área do território Maranhense e já alcançando outros estados e outros países. Estes e outros aspectos relativos à dinâmica da COPPALJ e de seus impactos sobre o território serão abordados no trabalho em pauta.

No tocante à metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo, utilizamos as seguintes técnicas e procedimentos de pesquisa: Em um primeiro momento, realizamos pesquisa bibliográfica sobre os conceitos de Economia Solidária, cooperativa e cooperativismo. Com base nas leituras realizadas a partir dessa pesquisa procuramos resgatar de um modo sucinto a discussão sobre cooperativismo em alguns autores como Karl Marx (1984), Robert Owen, Saint Simon e Charles Fourier. No que diz respeito ao conceito de Economia Solidária procuramos fazer uma breve revisão da literatura tomando como base as ideias de Paul Singer (2000). A pesquisa bibliográfica nos proporcionou também um conhecimento da análise do cooperativismo no Brasil desde a sua origem até sua atualidade. Além disso, realizou-se um levantamento documental referente a criação da COOPALJ, bem como sobre as ações da ASSEMA.

A coleta de dados foi organizada a partir do método da pesquisa-ação por permitir maior interação com os associados e analisar de forma mais próxima a organização e rotina de trabalho. Os dados obtidos foram de informações à luz das opiniões e análises da equipe técnica descritas em relatórios institucionais e em entrevista com associados e principalmente com profissionais da ASSEMA e COPPALJ. Do mesmo modo, a coleta e tratamento de informações levantados junto ao Ministério do trabalho e Emprego- MTE e Secretaria Nacional de Economia Solidária- SENAES.

Os roteiros da pesquisa, anteriormente produzidos, não se direcionaram somente a execução de um questionário para determinar dados quantificados, mas como apoio na elaboração de questões abertas. A pesquisa de campo foi desenvolvida entre maio de 2015 a fevereiro de 2016, correspondendo a 03 visitas à COPPALJ, além de visitas as comunidades de

⁴A Lei do Babaçu Livre (Lei 05/1997) foi aprovada em 1997, a aprovação da lei faz parte de um intenso processo de lutas. Nas décadas anteriores de 1960, as quebradeiras não encontravam nenhum obstáculo para extrair o coco, a partir daí começaram a cercar as terras para delimitar o espaço com arames e pedaços de pau, além da fiscalização dos proprietários. Sem nenhuma condição de trabalho, as famílias entraram em conflito com os empregados das fazendas numa guerra que cobrou vidas de ambos os lados.

São José e Ludovico, povoados pertencentes ao município de Lago do Junco, durante as visitas foram entrevistados (as) o diretor e o coordenador da COPPALJ, sete extrativistas membros da cooperativa e entrevista com coordenadores da ASSEMA.

Para tanto utilizamos a técnica da observação direta. Como parte da metodologia, procedemos a revisão crítica da literatura- pesquisa bibliográfica e atividades de pesquisa documental, compreendendo recurso a fontes secundárias, como dados estatísticos, informações oficiais, notícias que circulam na internet também foram adotadas.

A partir da análise teórica e empírica dividimos este trabalho em três capítulos. O primeiro capítulo ressalta breves observações sobre os principais contornos do mundo do trabalho no Brasil dos anos 90 — a década neoliberal. Analisa-se o desenvolvimento de um novo complexo de reestruturação produtiva, o início de um novo (e precarizado) mundo do trabalho, expressão contingente da fragmentação de classe. Compreende-se ainda o surgimento da economia solidária estruturadas como uma alternativa ao enfrentamento do desemprego caracterizando um novo setor econômico.

No segundo capítulo, apresenta-se o panorama sobre as ideias utópico-reformistas que emerge com a chegada da sociedade capitalista, defendidas por Saint-Simon, Fourier, Owen e Proudhon. O intuito é retomar a proposta desses autores concebidos como os pioneiros do cooperativismo e a crítica que Marx direcionou a suas ideias.

O terceiro capítulo ressalta e descreve a pesquisa empírica na COPPALJ, pois sua exposição fornece parâmetros para compreender como funciona uma cooperativa de trabalho, se há valores do cooperativismo e solidariedade envolvidos na produção. Ressalto os principais fatores que incentivaram a formação e consolidação da cooperativa; os principais aspectos de organização e a análise do funcionamento do trabalho; as funções econômicas e sociais e por fim, suas perspectivas.

1. PRODUÇÃO ASSOCIADA EM TEMPOS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

1.1 Crise e Reestruturação Produtiva

Segundo Perry Anderson, “a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra em 1973⁵, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, tudo mudou” (ANDERSON, 1995 p. 10). A partir desse diagnóstico, “a solução encontrada pela classe capitalista foi a inversão de sua política econômica para restabelecer uma taxa de lucro satisfatória, condição necessária para retomada do processo de acumulação”. (BARBOSA, 2006, p. 20).

Nesse período, as burguesias mundiais conduziram em proveito próprio a desorganização das instituições e estatutos que materializavam o estado anterior das relações. As políticas de liberalização, desregulamentação e privatização que os Estados capitalistas aderiram um após o outro, “desde o governo Thatcher em 1979 e o governo Reagan em 1980, devolveram ao capital a liberdade, que, este, havia perdido desde 1914, para mover-se à vontade no plano internacional, entre países e continentes” (CHESNAIS, 1997, p.13-14).

A partir de então as economias capitalistas desenvolvidas abriram seus mercados internos em direção ao terceiro mundo. Ao mesmo tempo, a crise do dólar levou a flutuação das taxas de câmbio e à constituição de um grande mercado financeiro internacional. O resultado foi o grande salto no âmbito do comércio internacional dos investimentos diretos estrangeiros. O grande capital passou a implantar, sobretudo, nos países em processo de industrialização um novo parque industrial destinado a abastecer os mercados dos países do Primeiro Mundo.

⁵ É, então em uma situação suficientemente deteriorada, que de repente se dá, no final de 1973 e início de 1974, a quadruplicação dos preços do petróleo bruto no mercado mundial, que transformará a crise latente em crise manifesta. Pois em um contexto de deterioração da taxa de lucro, esse brusco encarecimento da renda do petróleo vai provocar a primeira recessão generalizada da economia capitalista desde o final da Segunda Guerra Mundial: queda da produção, aumento brutal do desemprego, contração do comércio mundial, desmoronamento da cotação da Bolsa, etc. (BIRH, 1998)

Pochmann (2001), associa esta alternativa ao “multicolonialismo, o qual renovou novas formas de construção de vantagem competitiva por parte das grandes empresas globais. As chamadas empresas multinacionais transformaram-se em corporações transnacionais, ainda maiores e mais poderosas, com capacidade de considerar o mundo inteiro como espaço relevante para suas decisões de investimentos e produções, provocando, por conseqüências, a reorganização do processo produtivo em grandes extensões territoriais, sobrepondo-se, inclusive, a jurisdições nacionais.

A dinâmica desse processo também explica os limites técnicos dos métodos taylorista e fordista de produção. Como afirma Bihl(1998), os acentuados ganhos de produtividade que o fordismo conheceu em sua fase de crescimento adquiridos, em parte, graças ao aprofundamento desses métodos, que passado um certo limiar, se revelaram contra- produtivo. Esse processo acabou,

reduzindo a fluidez (multiplicação dos tempos mortos, prolongamento do tempo de circulação dos produtos entre os diferentes postos do trabalho, estocagem no final da cadeia) e a flexibilidade (grande vulnerabilidade ao menor incidente: pane, quebra de estoque, mudanças de produção, greve parcial, etc.) do processo de trabalho. (BIHR, 1998)

O autor segue explicando que, a própria tendência de internacionalização do capital⁶ foi modificando a paisagem econômica mundial, o que resultou numa maior interdependência das diferentes economias centrais, mas também numa maior concorrência entre elas. Destaca que uma das características do processo de transnacionalização foi exatamente a nova divisão internacional do trabalho (DIT) entre centro e periferia, partir daí passou se desenvolver o movimento de desaglomeração industrial impulsionado por empresas multinacionais e principalmente pela difusão de novas tecnologias e de novas formas de controle social. O conjunto dessas transformações foi

⁶A análise econômica nessa área tende a ser conduzida pela ideia da teoria do ‘mercado de capitais (internacional) eficiente’: ou seja, os mercados de capitais operam competitivamente para alocar poupanças (internacionais) e capitais, assim como para equalizar retornos sobre investimentos. Assim os principais indicadores do grau de integração seriam medidas, tais como as taxas de juros entre os países ou o valor das mesmas ações nos mercados de valores nacionais e internacionais; quanto mais próximas estas estão da igualdade entre diferentes mercados financeiros nacionais, mais integrada torna-se a economia internacional. Com um mercado de capitais plenamente integrados haveria uma única taxa de juros internacional sobre os empréstimos de curto e longo prazo, e um preço único de ação ou de obrigação, se tudo permanecesse igual. (HIRST e THOMPSON)

alterando o “espectro da economia mundial, a partir um intenso e acelerado processo de transnacionalização” (BARBOSA, 2006)

“Seus movimentos constitutivos ao mesmo tempo atravessam as diferentes economias nacionais, prejudicando sua coerência e autonomia, e ultrapassam-nas ao procurarem emancipar-se dos limites do Estado-Nação, sem, entretanto, consegui-lo totalmente. Daí o caráter contraditório no espaço mundial atual, feito ao mesmo tempo de homogeneização, através dos fluxos de mercadoria, de capitais, de mão de obra, de tecnologias, de informações (BIRH,1998, p. 109)

Nessa fase marcada pela mundialização do capital o processo de reorganização da Divisão Internacional do Trabalho, é acionado em partes pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países.

No caso dos países semi-industrializados, estes, apresentam ao capital global vantagens comparativas que consistem na grande disponibilidade de mão de obra já treinada e condicionada ao trabalho industrial com custos muito menores do que nos países de capitalismo avançado

Passa se desenvolver “um complexo de reestruturação produtiva, com impactos estruturais no mundo do trabalho com as especificidades própria de cada país. Este surge como ofensiva do capital na produção, tendo em vista que debilita a classe, não apenas nos aspectos objetivos, como a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho, mas principalmente pela captura da subjetividade (Alves, 2000). Nesse contexto sócio histórico, se desenvolvem, as estratégias sindicais neocorporativas, com forte impacto nas relações de trabalho.

Estas transformações ainda em curso, em maior ou menor proporção dependendo de inúmeras condições econômicas, sociais, políticas e culturais penetram fundo nas relações de trabalho, acarretando metamorfoses na *forma de ser* do trabalho. Nesse contexto, os sindicatos estão aturdidos e exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva, abandonam o sindicalismo de classe, aderindo ao sindicalismo sob comando do capital e do mercado, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal.

Portanto, em decorrência da atual tendência internacional levada, às últimas consequências, pela dinâmica da internacionalização dos mercados que tem como contrapartida a flexibilização das relações de trabalho, da produção e da gestão de mão-de-obra com o objetivo de ganhos de produtividade para fazer

frente à competição externa, observa-se também uma crise do sindicalismo em escala mundial. E esse processo, com outro ritmo e numa proporção diferente, também está se desenvolvendo em nosso país e começando a alterar, sobremaneira, as relações de trabalho.

1.2. Reestruturação produtiva e as transformações do trabalho no Brasil

Nos anos 1990 nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso intensificam-se os investimentos externos diretos no Brasil. Só que o capital produtivo não é mais o investimento direto externo que prometia trazer novos empregos industriais, tal como aconteceu nos anos 1950 e 1960, ao contrário é o investimento produtivo, intensivo em capital e não em trabalho.

Conforme analisa Alves (2000), trata-se de uma nova lógica de acumulação de capital – a acumulação flexível- que insere os pressupostos da *Lean Production*, alterando o processo (e organização) de trabalho na perspectiva de uma nova hegemonia do capital na produção, recriando um novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil, instaurando, num novo patamar histórico, a crise do sindicalismo classista. Nesse contexto, a precarização do trabalho assume novas particularidades e resulta das condições de insegurança de classe que “vive do trabalho” insegurança de emprego, vulnerabilidade, contrato temporário, integram o novo metabolismo social no contexto do Estado neoliberal no Brasil.

Antunes (2006) também vai afirmar que, esse novo complexo de reestruturação produtiva, com suas determinações estruturais, tais como a integração do país à mundialização do capital pela abertura da economia, atinge de modo abrupto, a subjetividade da classe trabalhadora, impulsionando mais ainda a crise das estratégias sindicais, contribuindo assim para uma crise do sindicalismo no Brasil, caracterizado, principalmente, pelo predomínio de um defensivismo de novo tipo,

No Brasil, diversos estudos mostram que durante toda a década de 1990, acentuaram-se os índices de desemprego, terreno propício para a precarização objetiva (e subjetiva) da força de trabalho. A precarização da força de trabalho caracteriza-se por formas complexa e distinta, no plano objetivo e subjetivo e, por isso mesmo, é difícil existir somente um índice de

apreensão quantitativa deste fenômeno social. A quantidade de pessoas sem emprego e a procura de um posto de trabalho, também, ganhou destaque e as medidas introduzidas no conjunto das políticas de emprego terminaram por não alterar o comportamento fragmentado e pulverizado das políticas públicas de atenção ao desemprego. Ademais da baixa efetividade e eficácia das políticas de emprego do governo federal, assistiu-se a permanência de reduzida sensibilidade na aplicação dos escassos recursos públicos para com a heterogeneidade do desemprego.

O processo de neoliberalização do Estado brasileira, nesta década, fez com que se aprofundasse o ajuste estrutural, expandindo, desde então, o índice de desemprego aberto, devido não apenas as políticas neoliberais, mas também, pelo desmonte de cadeias produtivas da indústria nacional num ambiente de crescimento desastroso da economia brasileira, incitada pelo “choque de competitividade”. As políticas neoliberais e o novo complexo de reestruturação produtiva conseguiram, desse modo transformar a dinâmica da sociabilidade do trabalho no Brasil, desestruturando-a, tanto no sentido objetivo, no tocante à materialidade de trabalho, como no sentido subjetivo no âmbito da consciência de classe.

Nesse contexto se desenvolveu o que Alves (2000) denomina de novo e “precário” mundo do trabalho com impacto no conjunto dos setores assalariados organizados com elevado poder de barganha sindical na década de 1980 (foi o caso de metalúrgicos e bancários — além, é claro de trabalhadores do setor público). O desenvolvimento no plano da produção capitalista, do toyotismo sistêmico segundo o autor, também, provocou o contraste entre modos “arcaicos” e “modernos” de exploração da força de trabalho. De um lado, um núcleo de novos operários e empregados relacionados às corporações industriais e, de outro lado, o crescimento de uma precarização heteróclita da força de trabalho, que se caracteriza não somente pelo desemprego de massas e pela inatividade, mas pela degradação de estatutos salariais e aumento de trabalhos temporários, seja em atividades industriais ou de serviços (Alves, 2000).

Estas transformações, presentes ou em curso, em maior ou menor escala, dependendo de inúmeras condições econômicas, sociais, políticas, culturais, etc., dos diversos países onde são vivenciadas, penetram fundo no

operariado industrial tradicional, acarretando metamorfoses na forma de ser do trabalho (p. 72)

A característica central dessa nova modalidade de trabalho se define pelo aumento do trabalho informal, o trabalho destituído de regulamentação, com diminuição (quando não a própria eliminação) de direitos conquistados. O capital tenta com suas reestruturações econômicas tornar a flexibilização da força de trabalho adaptável e compatível com a flexibilização produtiva. Foi nesse ambiente que se desenvolveu as diferentes formas de empreendedorismo, trabalho voluntário, cooperativismo entre outras alternativas. O exemplo das cooperativas talvez seja o mais expressivo, visto que, em sua base, as cooperativas surgem como verdadeiros instrumentos de luta e com intervenção dos trabalhadores em oposição à precarização das relações de trabalho e o desemprego.

Como forma de intervir diante de um cenário de ausência de oportunidades para incluir um número considerável da classe trabalhadora, as cooperativas de trabalho avançam em várias categorias profissionais e contextos sociais diferentes. Não há uma compreensão de fato se este empreendimento aumenta as oportunidades de geração de renda e trabalho ou se, se favorece um cenário de precarização e flexibilização do trabalho. Entretanto, as transformações capitalistas alteraram o perfil da classe trabalhadora.

A crise da sociedade salarial, que agregou direitos sociais à relação de trabalho, reflete a necessidade de alcançar modos alternativos de organização do trabalho e de autonomia dos trabalhadores, frente ao crescimento do desemprego, da perda dos direitos sociais do período fordista e do enfraquecimento do movimento sindical. (LIMA, 2004). A proposta de cooperativismo de trabalho, junto com outras formas associativas de organização dos trabalhadores, foi resgatada por vários segmentos com o intuito de dar continuidade à luta por uma sociedade mais igualitária a partir, no novo quadro conjuntural do desenvolvimento capitalista.

Lima (2004) vai observar o fato de que permanece a polêmica sobre a possibilidade efetiva de as cooperativas se constituírem em avanço na direção da maior democratização do trabalho, pela autogestão e posse coletiva dos

meios de produção, ultrapassando assim a subordinação ao capital. Por outro lado, as cooperativas podem operar como modo alternativo de empresa capitalista, na qual o trabalho autogestionária acaba por ser funcional pela flexibilidade que possibilita no uso da força de trabalho, permitindo a redução de custos e aumentando a competitividade das empresas.

Pode ainda ser acrescentado que, com o complexo de reestruturação produtiva e a formação das redes empresariais, as cooperativas, embora não necessariamente se transformem em empresas comuns, terminam se integrando nessas, mesmas, redes como parceiras terceirizadas numa relação assimétrica, oferecendo força de trabalho a baixo custo e apenas quando necessário como mão de obra temporária.

1.3. Experiências Autogestionária de Economia Solidária no Brasil (1990-2000)

Com a adoção de políticas neoliberais, durante a década de 90, o parque industrial brasileiro sofreu profundas transformações para enfrentar a competição internacional, nesse sentido, setores inteiros foram desnacionalizados e outros se reestruturaram. Muitas empresas públicas foram privatizadas e o desemprego assumiu patamares elevados. Nesse momento, pode-se falar do início da onda associativista no país. A desestruturação do mercado de trabalho desencadeou as mais diversas experiências de economia solidária que se multiplicaram impulsionadas por trabalhadores que haviam perdido seus empregos. É correto, então, dizer que, a instabilidade financeira desde o final dos anos 1970 associada à crise do modelo fordista está no cerne da crise do emprego industrial.

A economia solidária ainda está marcada pela imprecisão conceitual que caracteriza um campo em construção. Para Corragio (1997), a Economia Solidária não seria um campo de estudo, mas um determinado setor da economia que se associa ao conceito de Economia Popular. Distintamente de outros setores, da qual a lógica é a da acumulação e a da legitimação do poder, a economia solidária supõe a não exploração da força de trabalho alheio, não se sustentando na riqueza acumulada. Mesmo que alguns de seus membros também exerçam

trabalho em outros subsistemas, seu principal objetivo é a reprodução ampliada da vida.

Nesse contexto, as cooperativas populares e solidárias são estruturadas como uma alternativa ao enfrentamento do desemprego caracterizando assim, um novo setor econômico.

A economia solidária não é uma panaceia. Ela é um projeto de organização socioeconômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação- mas não eliminação! - destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas solidárias entre produtores e consumidores. (SINGER, 2006 p. 09)

Conforme analisa Singer (2006) quando dezenas de milhares de trabalhadores são expulsos do mercado pelas novas máquinas e pelas novas indústrias capitalistas, eles se organizam por conta própria, coletivamente, em empresas ou em cooperativas e, quando, mais uma vez, o mundo do trabalho é transformado pela ação do capital, os trabalhadores se articulam e se organizam em sindicatos, associações ou atuando informalmente. Nesse sentido, observa, que uma das soluções para o desemprego seria conceder à massa dos excluídos socialmente, condições favoráveis para serem reinseridos na economia por sua própria autonomia.

Esta oportunidade pode ser criada a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenha um mercado protegido da competição externa para os seus produtos (...) os próprios participantes do novo setor devem criar um mercado protegido para suas empresas. (SINGER, 2006, p.122)

Como poderá esta massa de desempregados ter ferramentas necessárias (como meios de produção para construir seus empreendimentos e estarem preparados para competir externamente? Singer não esclarece de onde virá esse suporte para uma leva de novos excluídos, no entanto aponta que, o “mercado protegido” seria condição necessária, embora não suficiente para que o novo setor de economia solidária tivesse bons resultados. O seu triunfo não se fundamenta apenas na mera sobrevivência e permanência das empresas e pessoas que o constitui, a finalidade é criar “novas formas de organização da produção” com métodos e lógica de inclusão, capaz e com interesses em abrigar e proteger sem limites novos cooperados.

Isto é, oferecendo a estes segmentos de trabalhadores uma chance de trabalho formal com autonomia e de condições dignas de trabalho. (SINGER, p.124, 2006).

Assim, para manter o “mercado protegido” na visão de Singer (2006), os cooperados deverão ter compromissos básicos, como dar preferência aos produtos produzidos na própria cooperativa, ter moeda própria, para garantir comprometimento, pois quanto maior e mais diferenciado for esse novo setor, maior seria o mercado à disposição de cada empreendimento específico que o compõe. Mas para atingir este objetivo é necessário inserir ao mercado protegido, o crédito solidário, investir na formação especializada profissional. Entretanto, para que essas ações se viabilizem, a cooperativa de economia solidária deve contar com apoio do poder público e dos próprios sindicatos.

No que concernem as características, as unidades produtivas da economia solidária, de modo geral, são de pequeno porte, apresentando número pequeno de trabalhadores, volume de produção e comercialização em reduzida escala. Em relação a essas características, é comum que sua organização seja menos complexa, sendo assim, bem improvisada em parâmetros de estruturação dos segmentos organizacionais, divisão de trabalho e hierarquia. Na maior parte não costuma se nutrir por esse tipo de cultura do trabalho de racionalização formal, havendo presença de relações familiares e também de iniciativas de autogestão. A economia solidária traz possibilidades de gestão de uma nova cultura do trabalho, onde o processo produtivo atenderia às necessidades de consumidores, mas também dos próprios trabalhadores produtores, um trabalho mais prazeroso e solidário.

O cooperativismo dos anos de 1980 e 1990 nasce das ações e projetos no âmbito do movimento sindical. Nessas circunstâncias, o cooperativismo refere-se aos efeitos de um cenário político e econômico de crise do emprego (POCHMANN, 2006, p. 59). Segundo seus defensores e críticos, a economia solidária tem se configurado em um sistema de organização social e econômica do trabalhador por meio de relações e redes de cooperação e, ao se expandir busca criar uma consciência de que é substancial na luta para que os meios de produção sejam de todos. A partir desses pressupostos opera com uma lógica que se distingue do capitalismo quanto a quantidade dos que tem acesso acumulação da riqueza material. Como novo paradigma produtivo, a

economia solidária deve estar bem sintonizada com as novas possibilidades organizacionais e portadoras de outra visão de progresso e de novas formas de viver e se relacionar.

Um bom exemplo das experiências de economia solidária ocorreu na prefeitura de São Paulo com o Programa Oportunidade Solidária (POS), que, segundo Márcio Pochmann (2002), é um artifício paulistano de inclusão social, praticado pelo governo municipal por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), onde todos são desafiados a buscar caminhos para recuperar, reinventar e expandir as dimensões de práticas sociais e de governo.

Gaiger analisa as experiências de economia popular solidária como sendo:

[...] respostas emergenciais necessárias e também forma de inclusão social; meio para reconstituição progressiva da vida individual e coletiva; contexto gerador de cidadania popular; base, em pequena escala (micro), para ações propositivas de maior alcance (macro); ação de fronteira, criadora de alternativas de vida econômica e social. (GAIGER, L.). In: Encontro de Economia Solidária e Bancos Populares. Belo Horizonte, dezembro de 2001 (Org. Movimento Graal no Brasil e outros).

Fundamentada na lógica da necessidade a economia solidária se coloca como sendo o avesso da lógica de capital, que exclui trabalhadores e diminui oportunidades de trabalho. Mas cabe destacar que, a Economia Solidária, tal como o capitalismo, necessita conviver e lutar pelos espaços de mercado. Nesse sentido, os “empreendimentos econômicos solidários” estabelecem relações e buscam afirmar seus objetivos na demarcação de territórios, cujas respostas serão fixadas de forma diferentes: Enquanto na economia de mercado, o objetivo principal é uma incessante busca pelo lucro, na Economia Solidária, além da necessidade de sobrevivência econômica, a ênfase é no desenvolvimento de outros âmbitos da vida com delimitações, seja no campo da formação, capacitação, ou no conhecimento de experiências comerciais e possibilidade econômica viável.

[...] capitalistas visam o lucro máximo de seus investimentos, famílias visam à sua própria reprodução com boa qualidade de vida e os empreendimentos solidários visam alcançar viabilidade econômica e mudança social pela solidariedade. Mas esses empreendimentos precisam competir no mercado, vendendo pelos preços dos demais vendedores e comprando insumos que usam pelos preços vigentes para todos. Portanto, se os empreendimentos solidários querem

viabilizar-se são obrigados a alcançar uma relação de custos/benefícios não muito diferentes dos demais competidores. (SINGER, 2003, p.06).

Em termos de sua qualificação socioeconômica as unidades produtivas da economia solidária se caracterizam pelo emprego precário de tecnologia na produção e pela alta dependência da força de trabalho se comparado com a média operada no ramo produtivo de maneira geral. É por isso um segmento econômico *hiper* subordinado no mercado, com poucas chances de aumentar investimentos ou, quando o caso, de se livrar da órbita das médias e grandes empresas.⁷

Todavia há igualmente áreas menosprezadas pelo capital por força do desinteresse econômico de lucro, situação em que as unidades produtivas da economia solidária atendem diretamente ao consumo da população através de um serviço ou produto. Grosso modo, nesses casos a produção tende a ser menor e o raio de comercialização mais restrito ao círculo de vizinhança e localidades próximas.

Num campo ou noutro, as possibilidades de rendimentos superiores ao custo chegam a ser residuais na medida em que a produção se limita quase ao consumo de sobrevivência, mantendo o circuito de empobrecimento que rodeia esses pequenos agenciamentos econômicos.

Essa versão econômica- produtiva da economia solidaria revela parte da condição social da sua existência nesse contexto e os limites da chamada *liberdade de negócio* ou *empreendedorismo* que marca o discurso liberal. Se observarem as características do trabalho circular na pequena unidade produtiva e em situação de informalidade, verifica-se que se sustentam em trabalho com longas jornadas, baixas condições de segurança e rendimentos pequenos. Portanto, há que se desconstruir também o mito que atravessa essa retórica sobre o pequeno negócio e esclarecer esse sistema ideológico que transmuta trabalho depreciado em empreendimentos, subordinação à contratante em verdade de ação e realização pessoal. A opção é mais tortuosa do que se deixa transparecer: o sistema salarial não os acolhe com instabilidade ou com rendimentos compatíveis com a sobrevivência familiar.

⁷ No processo de reestruturação produtiva recente, as pequenas empresas funcionam como satélites em torno de grandes corporações que se relacionam por meio da subcontratação: a relação salarial substituída pela relação de subcontratação.

Por isso os trabalhadores migram para as pequenas ocupações informais- em economia solidária ou não- tornando-se essa opção uma escolha perversa que favorece a elite e torna os trabalhadores avalistas diretos da crise do capital.

Em contrapartida, para compreender melhor essas práticas e suas complexidades, os estudos sinalizam a existência de se perceber que a perversidade do mercado tem sido contrabalançada pela solidariedade que emerge na produção associada, sendo esta capaz de estabelecer laços sociais como possíveis indutores de identidades entre trabalhadores deserdados do assalariamento e suas instituições. Para isso, um elemento primário nesse processo é a elevação da autoestima individual quando a penúria, a desproteção pública e o desamparo mercantil já imprimiram marcas de desalento nas subjetividades engendradas no drama da desocupação. Quer dizer, um dos sentidos sociais da economia solidária – mesmo nesse quadro de subordinação na estrutura econômica e social – é o de poder recolocar no terreno contraditório e adverso a possibilidade da associação entre trabalhadores. Outro, e de grande realce, é o de oferecer condições de que indivíduos se sintam amparados e com potencialidades para prover suas vidas, tamanhas as circunstâncias provocadoras de frustração e fracasso. (Tiriba,2001). São resultados sociais que não se pode destacar ao se tomar a densidade da crise econômica e social, mas que também não afiançam a requalificação do Estado e da política, em médio e longo prazo, enquanto instâncias de publicização e negociação mais universalista da convivência.

No âmbito da economia solidária, no entanto, surgem contraposições, com teses formuladas e amplamente defendidas. Wellen (2008) ao observar os princípios da economia solidária, aponta ser esta uma forma romantizada do sistema capitalista e com falsas possibilidades reais de superação desse sistema. O autor critica as teses da economia solidária por entender que esta considera como regra, aquilo que na verdade seria exceção. Nesse sentido, afirma existir uma supervalorização das ações individuais a tal ponto destas tornar-se ilusoriamente independente do contexto social que lhe fornece sentido - como um ideal que planeja dominar a ordem do capital e extinguir as causas que a mantêm. Não podendo destituir-se de uma assimilação correta das delimitações da totalidade social, os parâmetros caracterizados pela

economia solidária se revelam, não com uma “função social revolucionária, mas representa um retrocesso ideológico” (WELLEN, p. 113, 2008).

Singer reescreve a luta de classe dos trabalhadores ao longo da história pelo socialismo nos últimos dois séculos, como se a luta de classes fundamentasse uma história do desenvolvimento gradativo da economia solidária, em particular da cooperativa de produção. O elemento histórico real referente a essa compreensão é que as lutas anticapitalistas da massa trabalhadora se iniciaram aproximadamente há duzentos anos nas primeiras décadas do século XIX. Mas não se pode afirmar que a formação e organização das cooperativas “tenha sido a forma de luta única ou predominante, que a luta pela formação de cooperativas de produção tenha constituído o eixo cultural das lutas do proletariado contra o capitalismo naquele contexto.

As experiências cooperativistas, nesse período histórico revelam em duas formas: por um lado, como o “subproduto das lutas dos trabalhadores” ao ocupar fábricas que faliam ou que estavam à beira da falência e transforma-las em cooperativas como um comportamento para se defender em frente a onda de desemprego resultante das crises industriais, enquanto o outro lado, estabeleceram “bases de utopias sociais” firmadas por pensadores da época (Fourier, Owen, Saint-Simon, entre outros)

Singer (2002) vai entender esse período como o marco inicial da história da economia solidária, designada de “cooperativismo revolucionário que já se consolidava como o modo de produção alternativo ao sistema capitalista. Gremer (2006) vai criticar Singer e a sua visão, ressaltando que o cooperativismo desse período foi antes utópico do que revolucionário.

Contudo, é importante observar que uma das questões corriqueiramente indagada pelos pesquisadores que se envolveram com as experiências de cooperativismo e de associativismo, se refere a existência da propriedade privada. Assim, se para alguns pesquisadores, o cooperativismo é um modo intermediário, que questionaria, ainda nos marcos do capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção. Em resumo, o cooperativismo e o associativismo caracterizam a restituição ao trabalhador dos seus meios de subsistência, para os marxistas, as organizações auto-gestionária, no caso do cooperativismo questiona de forma parcial a propriedade dos meios de

produção justamente pela ausência de uma revolução que coloque em questão a propriedade dos meios de produção como um todo, a propriedade cooperativista não é mais do que uma célula marginal neste organismo dominado por grandiosas corporações.

Sobre essa polêmica, vale recuperar as teses de Rosa Luxemburgo (1999) que ressaltava ser que as cooperativas são formas híbridas, pois possuem características das empresas convencionais e exibem outras que poderiam ser denominadas de socialistas optando pela denominação “anfíbios”, por entender que os seres híbridos não se reproduzem ou não podem florescer. As cooperativas de resistência segundo Luxemburgo são “anfíbios embrionários” que poderão florescer ou desenvolver-se, em função do contexto no qual estão inseridas.

As cooperativas, em primeiro lugar, as cooperativas de produção, são instituições de natureza híbrida no seio da economia capitalista; constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada da por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; em virtude da concorrência, para que a empresa possa viver, ela exige uma exploração implacável da força de trabalho, quer dizer, o completo domínio do processo de produção pelos interesses capitalistas (LUXEMBURGO, 1999: p. 80-81)

1.4 A Política de Economia Solidária

Na concepção histórica das lutas sociais no Brasil, compreende-se que este campo heterogêneo de experiências no âmbito da Economia Solidária é também parte e resultado do processo de democratização da sociedade brasileira, enquanto movimento que dispõe como um dos suportes centrais a defesa da participação ativa da sociedade organizada nos rumos do país. O pilar concreto desse movimento resulta de um processo de confluência de diversas vertentes com princípios autonomistas ou comunitaristas “como um vale para o qual convergiram vários afluentes até formarem um único rio” (SANCHES e FARIA, 2011, p. 414)

Assim, a diversidade da Economia Solidária engloba desde os grupos informais que atuam no ramo de costura ou artesanato até as grandes fábricas recuperadas, passando também por cooperativas urbanas de serviços, cooperativas de agricultores familiares em assentamentos da reforma agrária,

organizações de finanças solidárias, ou redes e cadeias produtivas, entre outros. Trata-se de formas coletivas baseadas na cooperação ativa entre seus membros, que alcançam por meio da solidariedade instituir iniciativas econômicas de geração de trabalho e renda nas áreas urbanas e rurais.

Dentre as vertentes que constituem o campo da política de Economia Solidária no Brasil, destaca-se:¹. As vertentes advindas das experiências de organização sindical e dos modos associativos de resistência dos trabalhadores (as) conduzidas adiante tanto no meio urbano quanto no meio rural. As experiências de empresas recuperadas e as associações e cooperativas da agricultura familiar estão vinculadas a este campo de lutas, mas dele se distinguem por se situarem para além das estratégias de reivindicação e luta por direitos nos marcos da divisão entre capital e trabalho, encaram diretamente a questão da produção material de forma autogestionária; as associações e cooperativas dos assentamentos de reforma agrária são derivadas também desse campo, como luta pela terra e estratégia de produção autônoma dos meios de vida;

2. Outro movimento surgiu nas universidades e institutos federais de educação tecnológica, que incentivaram prática e teoricamente para o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil, em particular o movimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares⁸.

Pode-se dizer que em face a crise do emprego as iniciativas economia solidária emergem como proposta de inserção ao mundo do trabalho. A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES é parte integrante da história de mobilização e articulação do movimento da Economia Solidária existente no país. No final dos anos 1990, com o surgimento de diversas cooperativas, empresas de autogestão e outros empreendimentos solidários, o campo de discussão e articulação nacional da economia solidária foi a pauta do I Fórum Social Mundial, quando entidades nacionais se organizaram em torno de um Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária.

⁸ São programas interdisciplinares de algumas Universidades brasileiras organizadas com a ideia de elaborar um planejamento que tem a intenção reunir pesquisa e extensão e tenham relação com a Economia Solidária.

Nos relatos de Singer (2004) o Grupo de trabalho de Economia Solidária se fortaleceu durante o Fórum Social Mundial. A partir desse momento, foi organizada uma reunião nacional, que contou com a participação de gestores de políticas municipais e estaduais para dialogar sobre o papel da Economia Solidária. Essa reunião foi realizada em novembro de 2002 e avançou no sentido da realização de uma plenária nacional para discutir e encaminhar as propostas da Economia Solidária.

De acordo com Faria e Sanches (2011) a 1ª Plenária Nacional de Economia Solidária, mobilizou dezenas de entidades e empreendimentos, definindo inclusive a realização da 2ª Plenária Nacional durante e o III Fórum Social Mundial em 2003. Naquela conjuntura de avanço da candidatura de Luís Inácio da Silva, um dos objetivos prioritários foi a discussão da criação de um Fórum Brasileiro de Economia solidária. A FBES, foi criada em junho de 2003, no mesmo período em que também surgia a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que, em conjunto, se constituíram nos dois grandes interlocutores da SENAES.

A criação e consolidação da SENAES no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi uma tomada decisão de grande importância para definir as políticas de Economia Solidária enquanto uma política de trabalho, direcionada especialmente para o trabalho associado, coletivo e autogestionária. O Ministério de trabalho e emprego – MTE, também, passou a planejar e implementar políticas públicas de apoio e fomento a modos de trabalho que se diferenciam do (e são também antagônicas ao) trabalho assalariado, do emprego com carteira assinada.

A decisão pela constituição da política na esfera do Governo Federal foi importante, entre outros vários fatores, como exemplo, afastar, desde logo, qualquer possibilidade de que o âmbito da Economia Solidária ficasse circunscrito às ações de corte assistencial, como medidas contingenciais efeitos da crise do sistema. Ao contrário, defini-la no âmbito do Ministério do Trabalho significou o reconhecimento de modo de trabalho e renda diferenciados, e que exigiria políticas específicas que podem e devem se relacionar e dialogar com as outras políticas do campo social, sem se confundir ou subsumir às demais.

Em 2009, a Secretaria Nacional de Economia Solidária em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), deu início a realização construção de informações gerais a serem coletadas junto aos empreendimentos de economia solidária no Brasil, iniciava-se os Mapeamentos de Economia Solidária. O primeiro foi realizado entre os anos de 2005 e 2007, tendo abordado 21.859 empreendimentos em 2.934 municípios brasileiros. O principal objetivo dessas informações era construir um Sistema Nacional de Informações sobre a Economia Solidária (SIES)⁹. O objetivo era traçar e disponibilizar um arsenal significativo e atualizado sobre o que caracteriza esses empreendimentos, o que seria de grande relevância para o desenho de programas e políticas públicas de apoio ao fomento à economia solidária nos distintos entes federativos. (SILVA E CARNEIRO, 2014).

Para tanto, foi utilizado a definição de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) para agregar as diversas organizações coletivas e supra - familiares, de caráter singular e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionária, grupos de produção, redes solidárias etc., cujos os membros ou sócios executam coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; considera-se também como empreendimentos econômicos solidários as organizações permanentes que obtém ou não de registro legal, prevalecendo a existência real e aquelas que exercem atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (como as cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização e de consumo solidário.

O mapeamento do SIES identificou 19.708 empreendimentos organizados e em funcionamento divididos entre 2.713 municípios brasileiros, entre 2009 e 2013. De acordo com Silva e Carneiro (2014) a grande maioria se encontra na região Nordeste, e são responsáveis por 40,8% do total. A maior parte constituiu-se e se consolidaram no decorrer da década de 1990 e sendo que mais da metade encontram-se em áreas rurais, 54,8%, contra 34,8%

⁹ Mapeamento realizado por meio do Sistema de informações em economia Solidária (SIES) que objetivava reunir informações sobre o que a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) chama de Empreendimentos de economia Solidária (EES) e Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF), para dar visibilidade, articular e subsidiar a formulação de políticas públicas para o setor. A estimativa foi apresentada pelo diretor do Departamento de estudos e Divulgação – no I Encontro Nacional de empreendimentos de Economia Solidária.

empreendimentos solidário e, 10,4% que se identificaram tanto rural como urbano.

É importante considerar que, de acordo com a plataforma CADSOL (Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários) do site MTE/SENAES são 19.881 empreendimentos de economia solidária cadastrados no Brasil em 2016, os quais empregam cerca de 30% da força de trabalho no país. Tratou-se de um grandioso desafio para que fosse possível desenvolver experiências que transitasse do nível da sobrevivência para a formulação de estratégias, a nível local.

Portanto, aos poucos essas experiências foram ganhando visibilidade local e incorporação em programas de governos locais como alternativas ao desemprego e desaquecimento econômico regional, mesmo com os limites de governabilidade sobre os fatores macroeconômicos. Isso é particularmente expressivo enquanto economia solidária em governos populares de esquerda, principalmente do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, paulatinamente foi-se forjando nas regiões metropolitanas e rurais práticas de fomento a Economia Solidária, fortalecendo ações já existentes de organizações da sociedade e entidades religiosas e sindicais.

Na realidade, entre os anos 1980 e 1990, foram se processando experimentações variadas de práticas econômicas, mas é entre finais dos anos 1990 e início dos anos 2000 que ganha expressão um movimento de articulação de sujeitos políticos, valores e perspectivas sociais. O quadro 1, a seguir, apresenta uma síntese dos principais marcos da política de economia solidária.

Quadro 1
Quadro sintético da história política da Economia Solidária

Período	Acontecimento	Breve descrição
Anos 1980 e 1990	Primeiras experiências de economia solidária	Experimentações de variadas experiências de geração de renda e trabalho por ONGs, associações e entidades com atuação isolada.
1998	Encontro Latino-Americano de Cultura e Socioeconomia Solidárias-Porto Alegre - RS	Com a participação de países como México, Peru, Nicarágua, Bolívia, Espanha, Argentina e Brasil, elaborou-se a “carta de Porto Alegre”, na qual se definiu entendimento sobre economia solidária como alternativa social, a

		internacionalização do capital e à pobreza dos países periféricos, estabelecendo estratégias para a constituição de uma rede na região.
1995/Anos 2000	Experiências de políticas públicas regionais de economia solidária	Práticas de fomento e fortalecimento de programas de geração de renda e trabalho em economia solidária em governos municipais e estaduais.
1997/2001	Articulação Internacional	Articulação intercontinental liderada pela rede Peruana de economia solidária, redes com a França e Canadá em torno de uma globalização solidária. Criação de redes com o objetivo de desenvolver respostas inovadoras para os problemas da internacionalização da economia e promover intercâmbio com os países do hemisfério norte e sul.
2001/2004	Fórum Social Mundial	Nas quatro edições do fórum, três delas realizadas em Porto Alegre e a última na Índia, os debates intercambiais de ideias e práticas em economia solidária foram paulatinamente crescendo e ganhando as principais atenções do evento.
2001	Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária	Instituído durante o I Fórum Social Mundial (FSM) para articular o debate e as entidades interessadas no tema nacionalmente; representou as redes internacionais de economia solidária junto ao comitê internacional que promove as edições do FSM.
2001	Rede global de Socioeconomia Solidária	Criação da Rede, com a participação de 21 países durante o primeiro Fórum Social Mundial, objetivando integrar e divulgar a produção e comercialização locais e nacionais.
2002	I Plenária Brasileira de Economia Solidária	Essa plenária discutiu e definiu a articulação nacional de trabalhadores envolvidos com a economia solidária e entidades de assessoria.
2003	-III Fórum Social Mundial – Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, recém empossado. -II Plenária Brasileira de Economia Solidária	O presidente assume o compromisso de fortalecer a economia solidária. Em seu governo através de uma secretaria.
2003	Secretaria Nacional de economia	Instituída a secretaria no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, com a

	Solidária	posse de Paul Singer por sugestão dessa articulação nacional de economia solidária.
2003	-I Plenária Brasileira de economia Solidária. -Fórum Brasileiro de economia Solidária – FBES (Brasília). -Fórum Nacional de Gestores de Políticas Públicas de economia Solidária	Plenária Nacional de economia solidária convocada pelo GT Brasileiro de economia solidária, precedidas de plenárias regionais em 18 estados, constituiu com 800 delegados de todo o país o Fórum que passou a ser instância máxima de organização da sociedade nessa área. O fórum ficou composto por trabalhadores empreendedores da economia solidária, assessorias, gestores públicos e movimentos sociais atuantes nesse campo. A partir do crescimento das práticas de economia solidárias nos governos-iniciadas no governo do Rio Grande do sul (1999-2002) e prefeitura de Porto alegre (200-2004) – Desde 2002 se iniciou uma articulação entre os gestores governamentais e, em agosto de 2003 a rede de gestores de políticas públicas foi formalizada.

Fonte: Elaborado a partir de informações fornecidas pelo site www.fbes.org.br/

Como se vê, tratou-se de uma dinâmica social contínua que envolveu ações nacionais e internacionais em torno da consequência da mundialização e maior concentração de riqueza. Nesse continuum fizeram-se plenárias, atuou-se no Fórum Brasileiro de Economia Solidária, considerando hoje o espaço de articulação da sociedade a respeito de desse tema. Os sujeitos políticos diretamente envolvidos com a constituição foram trabalhadores de pequenas unidades produtivas populares e entidades conhecidas no cenário sócio-político brasileiro pela atuação junto a movimentos sociais e lutas por democracia participativa.

1.5 As experiências Economia Solidária no Maranhão: quais especificidades?

Antes de avançar na discussão das experiências atuais, cabe ressaltar que as primeiras cooperativas no Maranhão surgiram em 1960, criadas por agricultores e pescadores. Com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) pelo governo Sarney (1965 - 1969),

criou-se, também, um departamento exclusivo para o desenvolvimento do cooperativismo (GOMES, 2005, p. 4).

Ao mesmo tempo em que o governo incentivava e apoiava a criação de cooperativas de pescadores e agricultores familiares, estes, também, eram vítimas da expansão da produção em grande escala. A prioridade da política econômica internacional para o Maranhão era a agro- exportação, dessa forma para as cooperativas restavam os limitados recursos aplicados esporadicamente.

Na década de 1970, outras cooperativas surgiram no Maranhão, a maioria estava vinculada aos projetos de colonização, entre eles o Projeto Integrado de Colonização da Colônia Agrícola do município de Barra do Corda, que, anos mais tarde foi transformado em Cooperativa Integral de Reforma Agrária (CIRA-Barra do Corda em 1977). Outro programa que estimulou a criação de cooperativas no Estado surgiu com a criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 1975-1978) foi o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) que caracterizou outro modo de intervenção estatal no direcionamento da fronteira agrícola.

Formado por capital japonês (49%) e brasileiro (51%), o programa tinha como finalidade financiar a criação de fazendas de grande porte e organizar agricultores vinculados a cooperativas que tivessem suporte empresarial e acesso a novas tecnologias intensivas em capital, com o objetivo de alcançar um nível acentuado de produtividade agrícola tendo como eixo de direcionamento o mercado internacional.

Nesse contexto pode-se afirmar que esse tipo cooperativismo incentivado pelo Estado serviu somente para os projetos dos grandes produtores que tinham por finalidade apenas adquirir ganhos, seja na comercialização, seja na burocracia. Esse cooperativismo não emergiu de iniciativa popular, ao contrário sua originalidade e seu percurso estiveram direcionados apenas para a lucratividade.

Como pode ser constatado, a história do cooperativismo agropecuário no Maranhão foi, antes, marcada por uma determinada estrutura autoritária, na qual os interesses dos agricultores familiares não eram levados em consideração. As maiores iniciativas eram dirigidas para a produção

exportadora. Esse tipo de produção beneficiou amplamente os produtores detentores de grandes extensões de terra, além de privilegiar a monocultura. Já os pequenos produtores, camponeses e demais agricultores tinham suas atividades produtivas marginalizadas dentro desta estrutura (PIRES, 2009).

Experiências similares desse tipo cooperativismo que remonta a década de 1960 ainda podem ser vistos no século XXI. Vale destacar a atuação de organizações e movimentos sociais como a ASSEMA e COPPALJ que desde o fim da década de 1980 vem fomentando o cooperativismo no Estado. Assim como outros empreendimentos solidários, essas organizações sociais de formação de lideranças e de luta pela terra vêm tentando construir um cooperativismo autêntico que priorize os agricultores e desperte uma sensibilidade política e econômica para além do capital.

A partir da década de 1990 várias experiências de organização cooperativa na agricultura familiar surgem no Maranhão. Tais experiências surgem da própria necessidade econômica e social dos agricultores e também por incidências das políticas.

No Maranhão este cooperativismo vem se configurando como um movimento preocupado com a adoção de novas práticas e consequente melhoria da qualidade de vida dos cooperados. A preocupação é saber como os associados poderão ter acesso a uma participação mais efetiva nas decisões, tanto na cooperativa, como na própria sociedade na qual se encontram inseridos.

Novaes (2007) ressalta que o cooperativismo assume ainda a tendência de ser um elemento com capacidade de promover a modernização estrutural nas áreas rurais e incentivar a inserção dos trabalhadores rurais no mercado global, mas também reforçam os ideais das cooperativas organizados na solidariedade e ajuda mútua. De acordo com Novaes (2007, p. 41):

Em termos de Brasil, ainda que possamos perceber a tendência geral do cooperativismo enquanto mecanismo de “modernização” há diferenças importantes que devem ser consideradas. É necessário um estudo concreto que procure dar conta das diferentes formas de expressão das relações que permitem a reprodução e o desenvolvimento do capitalismo.

No contexto do atual sistema capitalista um dos principais obstáculos do cooperativismo brasileiro, em particular do cooperativismo rural, diz respeito à utilização racional dos recursos naturais. Considerando ser este um movimento

que objetiva uma transformação socioeconômica da parcela da sociedade, ou seja, apesar do cariz humanístico que marca o cooperativismo, podemos constatar que as cooperativas são empresas que funcionam a partir da utilização dos recursos naturais em proporção cada vez maior. Outro desafio do cooperativismo no Maranhão trata-se da necessidade de integrar as cooperativas em escala nacional e mundial, tornando o movimento forte e unificado em âmbito global.

Atualmente o Governo do Estado do Maranhão por meio da SENAES tem buscado fortalecer as práticas associativas dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como atender suas demandas. Nesse sentido o Plano Estadual de Economia Solidária do Maranhão, é fruto de uma construção coletiva, resultado de conferências onde são tratados os eixos norteadores da política Estadual de economia solidária do Maranhão.

As prioridades temáticas definidas se articulam com as discussões e demandas do movimento de economia solidária – inclusive em nível nacional – que perpassam pela produção, comercialização, consumo, financiamento (crédito e finanças solidárias), educação autogestão e ambiente institucional.

Em todas as temáticas prioritárias são trabalhados os objetivos, as diretrizes, linhas de ação e ações prioritárias, numa perspectiva estruturante, que possa garantir a sustentabilidade e consolidação da proposta da Economia Solidária.

As organizações e grupos produtivos solidários do Maranhão envolvidos nessa articulação nacional desde o processo inicial de formação e organização da economia solidária no Brasil, como movimento social, criou no estado o Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão, como espaço de articulação, mobilização e organização.

No Maranhão essas iniciativas, estão espalhadas por todos os territórios (de identidade, de cidadania e tantos outros). Realizam uma luta cotidiana, num contexto de ausências de uma Política Pública de Economia Solidária estruturada e voltada para as demandas apontadas por iniciativas diversas.

Atualmente segundo o mapeamento nacional realizado pela SENAES, no período de 2010 a 2013 foram mapeados no maranhão 1.383 empreendimentos, sendo validados pelo comitê gestor 838 seguindo critérios como produção e comercialização coletiva natureza supra familiar e atividade

permanente. Ainda foram mapeadas 107 entidades de apoio 08 Políticas Públicas de Economia Solidária em 115 municípios. Um dado importante que a pesquisa revela é que dos 883 empreendimentos validados, 399 já constavam na base de dados do Governo Federal, foram criados nos anos 90, o que revela a consistência econômica dos empreendimentos da Economia Solidária no Maranhão. A pesquisa revelou ainda que até 2013, a Economia Solidária atingia no Maranhão 65.567 trabalhadores ou sócios de empreendimentos, sendo destes 32.951 do sexo masculino (51%) e 32.616 do sexo feminino (49%). A Economia Solidária no Maranhão tem forte presença no setor da agricultura familiar (73%), e diversifica em setores econômicos importantes como artesões, assentados de reforma agrária, catadores de matérias recicláveis, desempregados, artistas, garimpeiros ou mineiros, trabalhadores autônomos, técnicos ou profissionais liberais.

Os números do mapeamento revelam tanto o potencial da Economia Solidária quanta a perspectiva de sua ampliação com o apoio de uma Política Pública estruturada. Na perspectiva de construir um sistema de política pública de economia solidária, o conselho nacional de economia deliberou que as conferências de economia solidária do ano de 2014 fossem realizadas no sentido de construir as propostas para orientar a elaboração dos planos municipais, territoriais, estaduais e nacionais.

Assim, no Maranhão, a terceira conferência de economia solidária à luz das deliberações das duas conferências de economia solidária já realizada e da própria caminhada do movimento no Maranhão apontou as potencialidades, as fragilidades e as propostas para orientar a política pública, voltada para economia solidária a partir de quatro temáticas centrais: Produção, comercialização e consumo; Financiamento: crédito e finança solidária sustentáveis; Conhecimentos: educação, formação e acessoriamente; Ambiente Institucional: legislação e integração de políticas públicas.

As avaliações advindas dos trabalhos em grupos apontaram alguns avanços e conseguiram identificar a existência de algumas políticas públicas relacionadas a economia solidária no estado do Maranhão.

As avaliações das fragilidades e potencialidades da economia solidária no estado apontaram as ações necessárias para fortalecer as experiências existentes e fomentar a partir de estruturação de uma política ações que

garantam as pessoas o direito de viver e produzir de forma associativa e sustentável, indicando os rumos possíveis de outro modelo de desenvolvimento. Assim, são estas propostas que constituem o cerne do plano estadual de economia solidária no Maranhão.

A economia solidária não estava na pauta das prioridades do governo estadual. Do mesmo modo constatamos que o Plano Plurianual do atual governo para o período 2016-2019, os quatro macros eixos econômicos também não contempla a economia solidária como eixo estratégico. A agenda governamental continuou a priorizar as ações do agronegócio, minero-metalurgia, turismo e construção civil

Os empreendimentos de economia solidária do Maranhão, portanto não estão incluídos como fator de desenvolvimento do Estado, o que coloca em questão a necessidade de que a sociedade civil pressione o poder público estadual no sentido de inverter prioridades, considerando, principalmente, que as políticas públicas são efeitos de negociação entre governo e sociedade civil e resulta de proposições colocadas na agenda pública, confrontados e negociados.

No item a seguir recupera-se o sentido dos princípios do cooperativismo clássicos como caminho de inspiração para a transformação social, tanto nas áreas rurais, como nas áreas urbanas.

2. OS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

2.1. As Associações Operárias

O período de 1789 a 1848 foi de profunda transformação, e se deveu ao que foi chamado de "dupla revolução": a Revolução Francesa de 1789 e a revolução industrial. A consolidação das revoluções burguesas a partir das experiências inglesas do século 17 e início do século 18¹⁰ demarcou fortemente a formação dos Estados nacionais que tinham por base a generalização do modo de produção capitalista. As transformações políticas foram marcadas pelas disputas da burguesia industrial pelo poder de Estado, no chamado ciclos das revoluções burguesas.

A produção industrial atingiu importância sem paralelo na história, as grandes cidades aumentaram, a ciência se expandiu fortemente, assim como as inovações tecnológicas. Na etapa em que a ordem burguesa consumava sua transição, os antagonismos da forma capitalista de sociedade já operavam como um hostilizador as pretensões de universalidade burguesa e evidenciar o papel que concernia aos trabalhadores no interior da ordem do sistema capitalista. O século XIX foi de consolidação da ordem burguesa capitalista, mas também, da emergência das lutas proletárias. Iasi (2008) ressalta que:

“(...) os germes de rebelião já estavam presentes na Revolta dos justos de Babeuf na França, no pensamento socialista utópico de Saint-Simon, Fourier, Blanqui, Proudhon, ou mesmo, antes, nas lutas camponesas na Alemanha no século XVI, será apenas com o pensamento de Marx e Engels que a afirmação de uma revolução proletária ganha a consistência de uma alternativa histórica contra o capital e o Estado burguês” (IASI,2008, p. 09)

No decorrer do tempo argumentos alternativos, como as de Proudhon, são expostos não mais ao juízo da razão, mas aos operários. Saint-Simon, Fourier, Robert Owen, são conhecidos por uma vasta literatura revolucionária como “socialistas utópicos”. Como percursores, apontam elementos perversores da sociedade burguesa com o crescimento do antagonismo de classes. Entretanto, as denúncias que fazem tão tampouco alcançam as condições materiais para a libertação do proletariado industrial nascente. Os

¹⁰ Guerra de independência dos EUA em 1776 e a Revolução Francesa de 1789.

anos iniciais do século XIX havia uma esperança generalizada com o desenvolvimento científico, de outro modo, a indústria moderna aparece como causadora das mais brutais desigualdades sociais. Nesse cenário, vários autores foram constatando tal paradoxo e, dentre esses, muitos se compenetraram a apontar o caminho a ser seguido para superar as disparidades entre evolução técnica e regressão social.

Os socialistas utópicos inspiraram alternativas autogestionárias, e com suas teses queriam, descobrir um novo sistema. A designação do termo socialista utópicos foi consagrada por Engels num artigo¹¹ em que critica suas proposições, diferenciando o socialismo desses três autores do socialismo chamado por ele de científico.

O cooperativismo surge em meados século XVIII e o começo do século XIX, época marcado pelo agravamento dos conflitos entre capital e trabalho e sobretudo refletiam a respeito das deploráveis condições de vida dos trabalhadores, especificamente, da classe operária na Europa. É nessas circunstâncias que figuras como Saint-Simon (1760- 1825), Fourier, Owen e Proudhon constituem acorrente socialista utópica, pois apresentaram um ideal convencional, um método alternativo à empresa capitalista. A seguir apresento uma breve noção de cooperativismo vigente em duas vertentes teóricas fundamentadas no socialismo utópico e no marxismo

2.2. O Socialismo Utópico: Saint Simon, Owen e Fourier

Segundo Engels (1981), Claude-Henri Rouvroy de Saint-Simon era fruto da grande Revolução Francesa, que eclodiu no auge dos seus trinta anos. A Revolução foi a conquista do terceiro estado, formado pela pequena burguesia, artesãos camponeses e trabalhadores urbanos, considerada como a grande “massa ativa” da sociedade. Mas logo ficou claro a crítica do terceiro estado sobre os estados privilegiados (clero e a nobreza), não era mais do que a ascensão triunfal de uma parcela pequena dele, a burguesia possuidora, como afirma Engels:

¹¹ ENGELS Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. Trad. Roberto Goldkorn 4ª edição. São Paulo: Global Editora: 1981

Esta burguesia se desenvolvia rapidamente já no processo da revolução, especulando com as terras confiscadas e logo vendidas da aristocracia e da Igreja, e lesando nação por meio das verbas destinadas ao exército. Foi precisamente o governo desses negociantes que, sob o Diretório, levou a França e a Revolução à beira da ruína, dando com isso a Napoleão o pretexto para o golpe de Estado. Por isso, na ideia de Saint-Simon, o antagonismo entre o terceiro estado e os estados privilegiados da sociedade tomou a forma de um antagonismo entre “trabalhadores” e ociosos. Os “ociosos” eram não só os antigos privilegiados, mas todos aqueles que viviam de rendas, sem intervir na produção nem no comércio. No conceito de “trabalhadores” não entravam somente os operários assalariados, mas também os fabricantes, os comerciantes e os banqueiros. Que os ociosos haviam perdido a capacidade para dirigir espiritualmente e governar politicamente era um fato indisfarçável, selado em definitivo pela Revolução. (ENGELS, 1981,p.)

Para Saint-Simon, os pobres e miseráveis não tinham a capacidade de ocupar o poder. Na sua perspectiva quem poderia governar era somente a ciência e a indústria, ligado por um novo laço religioso, um “novo cristianismo. Desse modo, idealizava uma sociedade industrial livre de suas desordens e injustiças. Na obra a “Cartas de um Habitante de Genebra a seus contemporâneos” de 1803, já havia exposto que os cientistas ocupassem o lugar das autoridades religiosas no direcionamento espiritual das sociedades. Posteriormente publicou a obra “Nova Cristandade” em 1925, em que deixa claro que deveria haver uma reforma na religiosidade. Ainda que a seu discurso focasse no âmbito justiça social, não ficava clara a ideia de que fosse necessário desfazer a hierarquia social. Segundo Barros (1999), Saint-Simon acredita que os sujeitos da transformação seriam os industriais empreendedores. Mas percebe os dilemas da sociedade industrial defende a superação do estágio de dificuldades, mas sem recorrer à tradição. As mazelas sociais teriam como raiz a fragmentação da autoridade espiritual da Idade Média, pois não havia sido consumada a transição do poder espiritual dos sacerdotes para os homens da ciência. Tal concepção o direciona para o seu projeto de uma sociedade ideal, no descanso do poder espiritual nas mãos dos cientistas.

No seu ideário grande parte dos problemas da humanidade seria solucionada sem qualquer tipo de revolução, mas com um governo administrado por técnicos e a realização dos trabalhos produtivos Saint Simon (1980) propunha que o governo interviesse no campo da produção, da

distribuição e do comércio, pretendendo, dessa forma, a segurança e tranquilidade das massas. Consentia a propriedade privada e seus privilégios, mas esta deveria ser usada no interesse das massas. Ele não chegou a sugerir a superação do capitalismo, sua ideologia evidenciava um caráter renovador no sentido de melhorar as condições dos mais necessitados.

O aspecto fundamental da sociedade moderna para Saint-Simon comparava-se aos iluministas, pois, baseava-se no progresso da ciência. A sua ciência chamou de Fisiologia Social. Esta deveria dedicar-se a ação humana modificadora do meio, e aderir o método positivo das ciências físicas. A sociedade não era simplesmente uma aglomeração de seres vivos da qual as ações, livre de toda finalidade, não têm outra argumentação que a “arbitrariedade das vontades individuais” o qual as partes corresponderiam diferentes funções.

A produção material, a divisão do trabalho e a propriedade são a base da sociedade. Toda e qualquer sociedade apresenta ideias comuns, e seus indivíduos sentem os laços morais que assegurem sua união com os demais membros. Cada tipo de estrutura social condiz uma moral e, na sociedade industrial, ela está associada à produção e ao trabalho. Saint-Simon argumenta nesse aspecto se nas sociedades militares que a precederam, o poder estava contido aos guerreiros, no quartel da indústria, a direção deveria estar nas mãos da classe industrial, em que a propriedade se origina no trabalho. A força militar estaria condenada e se tornaria completamente dispensáveis e inúteis. O poder teológico seria, também, sucedido pela capacidade científica positiva, e os esclarecimentos cognitivos passariam a se constituir na observação.

Segundo Oliveira e Quintaneiro (2002) Saint-Simon sugeria que o corpo social como um todo deveria desempenhar as funções governamentais, e o Estado, que tenderia a transformar-se em uma organização de “ociosos”, seria trocado pelos interesses espontâneos da produção, esgotado pela sociedade, quando assim passaria a destinar-se o bem-estar de todos os necessitados. Saint – Simont acreditava que a luta entre as classes militar ou feudal e a industrial acabaria na vitória desta última e, a partir daí, forma-se ia uma sociedade de trabalhadores.

Mais tarde o autor modifica suas ideias idílicas e passa a criticar os padrões que exploravam os operários. Todos deveriam produzir em cooperação para o bem-estar das massas, e os ociosos seriam suprimidos, de maneira que se pusesse a divisa: “de cada um segundo suas capacidades e a cada capacidade segundo suas obras”. Uma ciência social “positiva” revelaria as leis do desenvolvimento da história, permitindo uma organização racional da sociedade. As ideias saint-simonianas de uma ciência social “positiva” difundia as leis do desenvolvimento da história, permitindo uma nova organização racional da sociedade.

Charles Fourier (1772-1837) foi outro teórico, cujas ideias estavam ligadas a linha utópica francesa, fazia críticas à sociedade industrial do seu tempo e à sociedade francesa em específico e propunha um novo modelo para organizar a sociedade, fundamentado no “princípio da atração universal” e, simultaneamente, não permitia ser classificado como socialista (TEIXEIRA, 2002). Fourier acreditava na simetria harmônica entre os indivíduos e só seria materializada quando todos fossem libertados de toda moral e censura e quando as paixões pudessem ser exaltadas livremente, sem nenhuma proibição. Conforme Rêgo e Moreira (2013) a sociedade ideal para Fourier, o trabalho seria livre e os indivíduos cooperando de forma espontânea, sendo que cada um buscaria o que lhe satisfizesse e ajudando seus semelhantes a se satisfazer. A condição salarial em que os trabalhadores estavam submersos, fonte de toda injustiças, deveria ser substituída pela livre associação.

A sociedade idealizada por Fourier (2002) seria a associação entre os indivíduos, em que seriam regidos pelos ideais de liberdade e de cooperação. A vida comunitária seria o sucesso da sociedade, onde todos realizariam suas atividades em “elos societários”, denominados de “falange”, em que os indivíduos atingiriam a “égide da satisfação mútua”. Os “falanstérios” (agrupamento de falanges) projetados por Fourier se tratava de “edifícios societários” arquitetonicamente construídos para adequar setores de trabalho direcionados para produzir em harmonia, dessa forma, para ele, o homem estaria livre e integrado a sociedade. Charles Fourie esperou a vida inteira, sem êxito, que algum burguês com grande concentração de riqueza se interessasse pelo seu projeto de falanstérios.

Na tentativa de propor a Igualdade e Justiça Social, os argumentos de Fourier (2002) eram dedicados à expectativa de reduzir a desigualdade, mas ele revelava que haveria distinções entre os indivíduos habitantes do Falanstério. O dinheiro e a propriedade privada, a título de exemplo, não seriam extintos- apesar de que, no “elo societário” e harmonioso do Falanstério, livre de todos os padrões de egoísmo e individualismo, que para ele caracterizavam a sociedade dita “civilizada”, nem a propriedade e nem o dinheiro teriam quaisquer resultados desastrosos do sistema de oprimir economicamente.

Em sua concepção a distribuição da riqueza seria direcionada de acordo com a qualidade do trabalho executado por cada indivíduo, justificando as distinções em termos justos, não seriam remunerações privilegiando alguns tipos diferentes de trabalho, mas seriam remunerados de acordo com a eficiência que os grupos profissionais estivessem produzindo para toda comunidade. Quanto menor os números de enfermos tivessem no Falanstério, maior seria a remuneração dos médicos deste falanstério; quanto menos problemas de infraestrutura e manutenção houvesse, mais ganhariam os engenheiros e técnicos e assim suscetivelmente em outros setores. Para Fourier, a partir de tais significativos esforços coletivos elevariam os resultados do trabalho e a qualidade de vida nas falanges, estabelecendo, dessa forma, ganhos justos para todos os setores.

Nesta nova era da harmonia proposta por Fourier, a cultura tinha um espaço privilegiado, adquirindo um lugar central. A comunidade de cada Falanstério só se realizaria plenamente se cada um dos seus membros se transformasse em um artista sensível e desenvolvesse o bom senso da sociabilidade.

A partir desses ideais expostos, segundo Teixeira (2002), Fourier apresenta-se como um exemplo clássico dos ditos socialistas utópico que propõe uma sociedade perfeita, mas não encontra espaço para propagar e serem realizadas as suas ideias, e nem mesmo uma aproximação do modelo social desejável. O seu projeto utópico produzido por uma imaginação idealista e exótico não deixou de surpreender pensadores da época, artistas e políticos posteriormente.

Por fim, Robert Owen (1771-1858) foi um dos maiores industriais e altruísta que empreendeu consideráveis ações no campo industrial como a diminuição da jornada de trabalho dos trabalhadores que executavam atividades na sua fábrica e a melhoria de uma série de ações que tinham como resultado a regeneração moral dos indivíduos bem como a elevação da autoestima dos mesmos enquanto operários. Todos esses estímulos praticados nessa empresa o direcionaram a se converter ao socialismo cooperativista que terminou por incentivar o movimento operário para a prática concreta do cooperativismo. (TEIXEIRA, 2002)

Em 1830, Robert Owen fundava com base na teoria do valor-do-trabalho de Smith e Ricardo, um instrumento de proteção do direito do trabalhador, criando uma bolsa de trocas, onde o produto tinha o seu valor definido de acordo com as horas de trabalho essencial para a sua confecção e onde o dinheiro era transformado por “bônus de trabalho Pretendia com a fundação dessa bolsa inserir, simultaneamente, à economia capitalista um sistema que, no seu entendimento, continha valores socialistas. Por não ter obtido muito êxito com a fundação da bolsa de trocas, o mesmo aderiu ao cooperativismo e como uma proposição para enfrentar a crise econômica e social que analisava. (TEIXEIRA, 2002)

Owen defendia: a) a transição de uma sociedade individualista por uma nova sociedade baseada na associação; b) a liberdade de expressão, que conduziria todos os indivíduos a exaltar seus sentimentos sem receio da coação; c) uma sociedade em que a centralização de riquezas e de poder fosse transfigurada e redistribuída de forma igualitária onde todos pudessem ter acesso a saúde, educação, moradia e a outros meios atrelados à satisfação de suas necessidades. Considerava ainda que o cooperativismo teria capacidade de fazer com que os marginalizados, desempregados pudessem adquirir meios de melhorar suas vidas e serem inclusos na sociedade como indivíduos dotados de potencialidades.

O cooperativismo em sua concepção seria capaz de fazer com que os pobres, desempregados e miseráveis, conseguissem obter meios de melhorar suas vidas e pudessem se inserir na sociedade como indivíduos dotados de potencialidades. Owen pôs em prática suas ideias dentro de sua própria

fábrica¹²: reduziu o número de horas de trabalho de 17 para 10 horas diárias; melhorou os salários dos operários; c) não permitia trabalho de crianças menores de 10 anos e lhes concedeu ensino gratuito; d) ofereceu moradias com valores mais baratos e bens necessários ao consumo das famílias dos seus empregados.

Esses parâmetros ecoam positivamente na atividade econômica da fábrica incentivando seu autor a executar um plano de reforma social e colocá-lo em prática. Este se forma na criação de comunidades baseadas no princípio da propriedade coletiva que promoveria por seus próprios intermédios tanto a produção como o consumo. Apesar de que a implementação das comunidades de produção não tenha reproduzido o êxito alcançado com os operários de sua fábrica, as ideias de Robert Owen induziram diretamente o desenvolvimento de confederações sindicais e de cooperativas no movimento operário.

O owenismo sofreu distintas tendências intelectuais dentro do movimento cooperativo que se constituíram mais fortes do que o próprio pensamento original do Robert Owen como ressalta Thompson (1987, p.399). Dessa forma, de acordo com Pagotto(2010), ele pôde possibilitar a união de racionalistas cristãos, radicais e os politicamente neutros, bem como:

Os artesãos com sonhos de economia de mercado, os trabalhadores qualificados, com seu impulso para o sindicalismo, a fidalguia filantrópica com seu desejo de uma sociedade racional e planejada, os pobres, com seu sonho de terras, os tecelões, com esperanças de autonomia; e todos aqueles com suas imagens de uma comunidade fraterna justa (PAGOTTO, 2010: p.05).

É importante destacar que o socialismo proposto pelo owenismo pretendia transformar o capitalismo sem nenhum embate.

Em resumo, os socialistas utópicos defendiam o desenvolvimento de uma sociedade igualitária e solidária, mais na perspectiva da ordem moral dos indivíduos do que na esfera econômica, afirmavam desse modo, que se poderia romper com o individualismo propagado no modo de produção capitalista.

Quando a COPPALJ surgiu, em 1991, os que estavam sob comando da organização idealizaram um conglomerado de atividades e uma organização do trabalho com características utópicas. O pensamento direcionador era o de

¹²Robert Owen era sócio de uma grande fábrica têxtil na Inglaterra

que todos os agroextrativistas cooperados e todos os trabalhadores seriam beneficiados em igual condição, tendo os mesmos direitos à votação. Desse modo a COPPALJ foi idealizada para ser uma organização diferente das empresas da região.

Assim, nos anos iniciais de seu funcionamento a cooperativa colocou em prática os princípios do cooperativismo utópico de igualdade e liberdade, como foi possível analisar no resgate histórico de sua criação e funcionamento. Entretanto, à medida que foi se desenvolvendo, a cooperativa foi abandonando esse ideal de organização perfeita do ponto de vista igualitário. Paralelamente ela foi adquirindo às estratégias de mercado e passando a ser organizada e comandada apenas por alguns sócios que se transformaram em líderes ou gerenciadores do empreendimento, mudando completamente sua forma de estruturação e organização como de início.

2.3 A Crítica de Marx aos Socialistas Utópicos e Proudhon

Os socialistas utópicos foram considerados reformadores sociais por terem se apresentado como representantes da classe trabalhadora. Ao disseminar seus ideais anunciavam melhoria das condições de vida de toda a sociedade. Afirmavam que a força do exemplo (as colônias agrícolas, associações e cooperativas e os falanstérios) poderia transformar em modelo para reformar a sociedade.

No *Manifesto do Partido Comunista*¹³, de 1848, Marx e Engels fazia crítica ao posicionamento desses autores ao demonstrar as contradições da sociedade capitalista. Segundo Marx e Engels os socialistas utópicos não compreenderam qualquer protagonismo da classe operária e, com suas proposições de padrões experimentais autossuficientes, trabalharam tão somente com o abrandamento da luta de classes.

Os iniciadores desses sistemas entendem bem o antagonismo das classes, bem como a ação dos elementos dissolventes na

¹³ Com a publicação do *Manifesto do Partido Comunista* em fevereiro/março de 1848 coincidindo com a insurreição revolucionária europeia naquele mesmo momento. Esse documento foi redigido por Marx e Engels atendendo ao pedido da Liga dos Comunistas (constituída por trabalhadores, em especial pelos alemães, exilados em Londres, Bruxelas, Paris e algumas partes da Alemanha) e sua correlação com a revolução de 1848 não é apenas coincidência. Conforme Hobsbawm (2000), nenhuma outra revolução foi tão extensamente prognosticada como esta.

própria sociedade dominante. Mas não compreende no proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhes seja inerente. (...) Visam melhorar as condições materiais de vida de todos os indivíduos da sociedade, mesmo dos mais privilegiados. (...) Recusam, portanto, toda ação política e, acima de tudo, toda ato revolucionário; buscam atingir seu objetivo por meios pacíficos e tentam abrir um caminho ao novo evangelho social pela força do exemplo, com experiências em pequena escala e que naturalmente sempre fracassam. (...) se em muitos aspectos os fundadores desses sistemas foram revolucionários, as seitas formadas por seus discípulos formam sempre seitas reacionárias. Aferram-se às velhas concepções de seus mestres apesar do desenvolvimento histórico contínuo do proletariado. Procuram, portanto, e nisto são consequentes, atenuar a luta de classes e conciliar os antagonismos (MARX e ENGELS, 1998b, p.66-67).

Para os autores do Manifesto Comunista eles compreenderam os trabalhadores somente pelo sofrimento a que estavam submetidos, ou seja, entenderam a classe operária apenas como vítima. Embora esses socialistas tenham formulado críticas contundentes ao sistema capitalista. Saint-Simon, por exemplo, não escondeu os seus planos de mudar o Estado em apenas um mero administrador perito da produção.

Em relação a essa postura, Engels (1961, p 311) ressalta:

Em 1816, Saint-Simon declara que a política é a ciência da produção e prediz já a total absorção da política pela economia. E se aqui não faz senão aparecer em germe a ideia de que a situação econômica é base das instituições políticas, proclama já claramente a transformação do governo político sobre os homens numa administração das coisas e na direção dos processos da produção, que não é senão a ideia da “abolição do Estado”, que tanto alarde levanta ultimamente.

Owen, no que lhe concerne, sugeria a criação de aldeias-modelos como um modo alternativo aos impasses sociais que surgem com o capitalismo. Na sua perspectiva teórica, não se afasta das fantasias de seus pares franceses, em relação, ao ponto de vista prático. Pode-se dizer que há um contraste entre a teoria e a ação em Owen. Apesar de compreender as urgências do proletariado na Inglaterra, em suas substâncias, suas formulações não direciona os trabalhadores para a suplantação do capitalismo. Owen agiu com veemência junto ao movimento operário, lutando por direitos sociais e articulando a consolidação de sindicatos e cooperativas operárias. O comportamento de Owen pela restrição do trabalho infantil e da mulher, assim

como pela fundição das trade-unions num grande sindicato, foi digno da seguinte consideração de Engels (1961, p. 314), “Todos os movimentos sociais, todos os progressos reais marcados na Inglaterra em interesse da classe trabalhadora estão relacionados ao nome de Owen”.

Segundo Hobsbawm (1983), o pensamento desses pensadores constitui-se em elementos de experimentos e práticas singulares e isolados. Do ponto de vista teórico, esses autores receberam consideráveis elogios de Marx e Engels pelo posicionamento crítico ao capitalismo, mas do ponto de vista prático (com exceção a Owen), das práticas concretas de seus adeptos, não se pode dizer o mesmo. Contudo, os seus adeptos tendiam a se tornar ridículos e, o jovem Engels a respeito das ideias Saint-simonianas, “na França, tudo o que foi exposto no ridículo, está inevitavelmente perdido”.

Marx e Engels, mesmo compreendendo nos elementos fantásticos dos pensadores utópicos, o preço irremediável do gênio ou da originalidade, considerávamos seus adeptos e os nomeavas de grupos de ideia excêntricos, bizarros e frequentemente cada vez mais isolados. No dizer de Hobsbawm, eles eram basicamente apolíticos e nem sequer no plano teórico podiam criar meios eficientes para adquirir uma transformação da sociedade (HOBBSAWM, 1983, p. 51).

É importante ressaltar que tanto Saint-Simon quanto Fourier, ou seja, sua vivência da revolução de 1789 direciona-os à desacreditar nos processos revolucionários. Por outro lado, o grau de desenvolvimento da produção capitalista na França, também, impossibilitou a eles compreender o antagonismo entre a burguesia e o proletariado. Já Owen, mesmo tendo em seu contexto o estágio de desenvolvimento industrial da Inglaterra, sua produção teórica não compreendeu a nova força política que emergia: o proletariado. (...) não identificaram em nenhuma classe ou grupo específico a difusão das próprias ideias; e, inclusive quando (como mais tarde Engels identificara no caso de Owen) se direcionam para os trabalhadores, não enxergam no movimento proletário nenhum papel específico.

Para os três idealistas, a independência e emancipação dos operários não seria obra de seus próprios estímulos contra o capital. Esta posição política foi criticada por Marx. Ou seja, a libertação da classe operária só poderá vir do

seu próprio ato político e não da descoberta de sistemas sociais perfeitos, da “fé” em um “novo evangelho” (MARX e ENGELS, 1998b).

Primariamente esses autores não podiam entender o antagonismo de classe e as circunstâncias objetivas para libertação do proletariado e assim se detinham na criação de sistemas sociais, com base no crescimento industrial e, diferentemente do que afirmara Marx, a relação da ciência da história com a classe trabalhadora faz com que o conhecimento atribua um caráter revolucionário, e isso só será realizável na sequência do progresso histórico da classe operária, como enfatiza Marx (2001, p 111):

Enquanto o proletariado não se tornar bastante desenvolvido para se constituir em classe, enquanto, por conseguinte, a própria luta do proletariado com a burguesia não tiver ainda um caráter político e as forças produtivas não estiverem ainda suficientemente desenvolvidas no seio da própria burguesia para permitirem vislumbrar as condições materiais necessárias à libertação do proletariado e à formação de uma sociedade nova, esses teóricos não passam de utopistas que, para obviar as necessidades das classes oprimidas, improvisam sistemas e se põem à procura de uma ciência regeneradora. Mas, à medida que caminha a história e que com ela a luta do proletariado se desenha mais claramente, já não têm necessidade de procurar a ciência no seu espírito, têm apenas que se inteirar do que se passa diante de seus olhos e de se tornar o órgão disso. Enquanto procuram a ciência e se limitam a fazer sistemas, enquanto estão no início da luta, veem na miséria apenas a miséria, sem nela verem o lado revolucionário, subversivo, que derrubará a velha sociedade. A partir desse momento, a ciência produzida pelo movimento histórico, e a ele se associando com pleno conhecimento de causa, deixa de ser doutrinária e torna-se revolucionária.

Mesmo com o desenvolvimento do proletariado como classe emancipada no interior da sociedade, as formulações utópicas continuaram a agrupar adeptos, e a partir daí dissociam de todo seu posicionamento crítico. Segundo Marx e Engels (1998, p. 68) “(...) se afundam na categoria dos socialistas reacionários ou conservadores (...)”. Blanc em sua proposição de organização do trabalho auxiliada pelo Estado recusa toda ação de violência revolucionária. Ao apoiar a reforma social defendia fábricas sociais construídas por meio de crédito público. “Assegurai trabalho ao pobre: tereis feito muito pouco ainda pela justiça e estar-se-á ainda bem longe do reino da fraternidade; mas, pelo menos, a revolta não se terá tornado necessária e o ódio não terá sido santificado” (BLANC, 2002, p. 199).

Joseph Proudhon, em similitude com vários outros autores, provindo da teoria do valor de Ricardo, estabelece sua proposta econômica no intuito de

que as trocas sejam concretizadas baseadas no valor do trabalho. Proudhon, afirmava a existência de uma deformidade entre o valor-trabalho e seu preço. Nesse parâmetro, o trabalhador consome sempre menos em relação ao trabalho realizado, pois no ato do consumo termina por remunerar o proprietário de dinheiro. Dessa forma, Proudhon considera, que o consumo vale à parte de trabalho pago, isto é, substituindo trabalho por trabalho em igual quantidade, independentemente das circunstâncias sociais de produção, alcança-se à produção perfeita para a reciprocidade econômica.

Proudhon defendia que sistema capitalismo, os industriais produzem sem conhecer primeiramente a quantidade socialmente necessária. A procura e demanda social por determinada mercadoria só pode ser determinada pelo seu preço. Ao criticar Proudhon, Engels (2001, p 18) vai afirmar que, é apenas pela “inferioridade ou elevação dos preços dos produtos que os produtores individuais de mercadorias, aprendem à sua custa, que a sociedade tem necessidade de tais produtos e em tal quantidade”. Querer intervir nesse sistema, sugerindo o valor-trabalho como proporção para todos os produtos do trabalho, com o propósito de que o trabalhador possa consumir um valor relativo ao seu trabalho, é, sobretudo, um remédio duvidoso para os dilemas sociais.

Marx discute que, de forma geral, mesmo com a variação dos preços, as altas e baixas se compensam, de modo que “(...) as mercadorias se vendem, em média, pelos seus verdadeiros valores, e os lucros se detêm vendendo as mercadorias pelo seu valor, ou seja, em medida à quantidade de trabalho nelas materializado” (MARX, 1956, p. 397). A questão do lucro não descansa sobre o aumento do preço das mercadorias acima de seu valor, mas na apropriação de uma parte de trabalho pelo qual o capitalista nada desembolsou.

O valor de uma mercadoria se determina pela quantidade total de trabalho que encerra. Mas uma parte desta quantidade de trabalho representa um valor pelo qual se pagou um equivalente em forma de salários; outra parte se materializa num valor pelo qual nenhum equivalente foi pago. Uma parte do trabalho incluído na mercadoria é trabalho remunerado; a outra parte, trabalho não remunerado. Logo, quando o capitalista vende a mercadoria pelo seu valor, isto é, como cristalização da quantidade total de trabalho nela invertido, o capitalista deve forçosamente vendê-la com lucro. Vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada, embora haja custado o trabalho do seu

operário. O custo da mercadoria para o capitalista e o custo real da mercadoria são coisas inteiramente distintas. Repito, pois, que lucros normais e médios se obtêm vendendo as mercadorias não acima do que valem e sim pelo seu verdadeiro valor (MARX, 1956, p 404).

Outro aspecto da crítica de Marx a Proudhon foi em relação à “propriedade”. De acordo com Marx, Proudhon tem visão utópica ao querer elucidar a propriedade como uma ideia totalmente independente, sem entender que esta tem vinculação com as relações sociais da produção capitalista. Seu ponto de vista conceitual se compreende entre a pequena produção e a exploração em nível industrial, sob a ininterrupta eliminação da primeira pela última.

Marx (2001, p, 135) em contraposição a Proudhon enfatiza que: “O Sr. Proudhon, embora apresente referir-se à propriedade em geral, somente trata da propriedade fundiária, da renda fundiária, observa que “enquanto existia apenas o colono de Proudhon, não havia renda” (MARX, 2001, p. 139)”. O que Proudhon deixa de transparecer, no entendimento de Marx, é que a renda fundiária se produz quando se associa o proprietário fundiário e o capitalista industrial, isto é, a interferência do capital industrial na exploração da terra.

O colono que Proudhon entende como explorado pelo proprietário fundiário na verdade é o operário explorado pelo capital; o proprietário fundiário, sobretudo, é impelido a ver no seu lote de terras “(...) apenas uma máquina de cunhar moedas” (MARX, 2001, p. 140). A renda alusiva ao arrendamento se altera em relação a várias condições, como localização e fertilidade, não obstante, como qualquer relação social “A renda provém da sociedade e não do solo” (MARX, 2001, p. 144), ou seja, é historicamente determinada.

Ao determinar a propriedade como uma relação independentemente, o Sr. Proudhon executou mais do que um erro de método: prova clara que não teve entendimento sobre o laço que une todas as formas da produção *burguesa*, que não compreendendo o caráter histórico e transitório das formas da produção numa determinada época. Proudhon, que nas nossas instituições sociais não enxerga produtos históricos, que não compreende nem o seu surgimento e nem seu desenvolvimento, não pode fazer-lhe senão uma crítica dogmática. (MARX, 2001, p. 180).

Esse debate entre proudhonistas e marxistas foi bastante vigoroso, especialmente na França. Mesmo depois da insurreição revolucionária

européia de 1848, o socialismo não fundado na luta de classes sustentou seus seguidores. Proudhon sem nenhuma dúvida foi principal a principal figura dessa visão cooperativista e ou mutualista. Este chegava a se opor a ação dos operários que exercesse qualquer “violência” contra a produção (como elevação áspera dos salários). Ou seja, quando Proudhon enxerga os trabalhadores enquanto classe, ele rejeita sua associação política, pois em seu entendimento, a associação para fins classistas apresenta-se como uma violência contra a produção e, por isso, não pode ser aceita (MARX, 2001). Para os marxista sua concepção passa, desse odo, longe de impulsionar a luta de classe como instrumento para a mudança da ordem existente.

Com seu destaque no consumo, condenava tudo o que se relacionava à mercadoria sob o modo de direito de propriedade, aumentando seu preço final. Em relação a isso é que seu “Banco do Povo” que além de facilitar empréstimos sem juros, era também, um banco de trocas. Com destaque no crédito e no consumo, Proudhon posiciona-se no centro de sua estratégia a reciprocidade econômica como meio para transformar a sociedade, palco de onde se ergue o sistema mutualista. Engels (1961, p. 314-315), ao comparar o ponto de vista. owenista e proudhoniana, situa esta última como inferior a primeira ressaltando que ,

(...) foi também ele [Owen] quem criou, como medidas de transição, para que a sociedade pudesse organizar-se de maneira integralmente comunista, de um lado, as cooperativas de consumo e de produção – que serviriam, pelo menos, para demonstrar na prática que o comerciante e o fabricante não são indispensáveis –, e de outro lado, os mercados operários, estabelecimentos de troca dos produtos do trabalho por meio do bônus de trabalho e cuja unidade é a hora de trabalho produzido; esses estabelecimentos tinham necessariamente que fracassar, mas se antecipam em muito aos bancos proudhonianos de troca, diferenciando-se deles somente em que não pretendem ser a panacéia universal para todos os males sociais, mas pura e simplesmente um primeiro passo para uma transformação muito mais radical da sociedade.

Para Proudhon, o “Banco do Povo”, ao excluir os juros e lucro comercial, mudaria a economia e a política, contudo, revolucionaria a sociedade. Na Perspectiva de Hobsbawm, Marx se contrapôs todas essas tentativas, em suas mais variadas modulações, de reformar o capitalismo por meio do consumo, crédito ou trocas:

Foi oposto ao que considerava tentativas “burguesas” (*Manifesto*), ou mais tarde “pequeno-burguesas”, ou de

qualquer modo por outros fatores, de desafiar os problemas do capitalismo adquirindo medidas como a mudança do crédito, as intervenções sobre a circulação monetária, a reparação da renda, providências para impossibilitar a concentração capitalista por meio da abolição da herança ou por outros viéses, mesmo quando tais fatores não fossem concebidos para favorecer pequenos proprietários individuais, mas associações de trabalhadores que operavam no interior do capitalismo e obtinham como meta, no fim, substituir o capitalismo (HOBBSAWM, 1983, p 55).

As concepções Proudhiana evidenciam, assim, os males sociais, consequências do capitalismo industrial que atinge destruindo, frequentemente, o modo econômico fundado na manufatura e na pequena produção individual. Sua proposição para tentar resolver os problemas sociais com o “Banco do Povo”, no fundo dizem os marxistas quer fazer a roda da história girar para trás.

2.4. Cooperação em Marx e Produção Associada

Na relação entre trabalho e natureza, o trabalho é visto de forma geral como a transformação entre homem e natureza, e é nesse sentido que Marx (1975) diferencia o homem dos outros animais, no homem essa relação ocorre de forma própria. O homem é capaz de criar coisas em seu cérebro e concretiza-las utilizando elementos da natureza, criando coisas que não possuíam existência antes da ação humana, “põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil a vida humana” (Marx, 1975, p.202). Marx afirma que o trabalho é nada mais do que a necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre homem e natureza, e, portanto, de manter a vida humana.

A cooperação no trabalho existe em diferentes contextos sociais e históricos e constitui uma prática social, cultural e econômica. Há diversidades de práticas sociais de cooperação, e aqui enfocamos as práticas de cooperação na heterogênea realidade do extrativismo do coco babaçu. Temos como referência a perspectiva de Marx (1975) em que cooperação é a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, nos processos de produção diferentes, mas conexos.

A cooperação permite ampliar o espaço no qual se realiza o trabalho, sendo exigida por certos processos de trabalho em virtude da extensão do espaço em que se executa. Ao cooperar com outros de acordo com um plano desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie. (MARX, 1975, p.378, 379).

Marx enfatiza que a “produção capitalista” tem início de fato apenas quando “um mesmo capitalista particular ocupa de uma só vez, número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia sua escala e fornece produtos em maior quantidade” (MARX, 1975, p. 307). Marx faz distinção importante entre a cooperação no processo de trabalho no início da civilização humana e a cooperação capitalista.

A cooperação no processo de trabalho não capitalista se funda na posse comum dos meios de produção e no indivíduo isolado preso à tribo ou comunidade. Diferente da cooperação no processo de produção capitalista onde o assalariado vende sua força de trabalho e fica subordinado ao capital. (MARX, 1975, p. 383)

Marx esclarece que quando o trabalhador coopera sistematicamente, ele fica livre dos grilhões da individualidade e pode vir a desenvolver as potencialidades.

A análise de Marx nos faz refletir sobre as formas coletivas de produção do trabalho. Se por um lado, o trabalho na cooperativa COPPALJ de Lago do Junco-MA não constitui trabalho assalariado, por estarem baseado nos princípios e valores do cooperativismo e associativismo, nesta lógica não gera mais valia, por outro lado, há uma produção de mercadoria que tem valor (mercantil, cultural e simbólico) e que atende a um mercado que funciona dentro de uma lógica econômica capitalista (KELLER, 2011)

A análise de Marx a respeito do cooperativismo se associa ao movimento operário e com a forma de produção capitalista. Essas concepções estão desconcentradas e dispersas em seus escritos. Na análise marxista, a as variedades elementares do tema favorece discussões quanto a seu caráter e a capacidade relativa à modificação e transição para o socialismo, sendo uma delas a controvérsia sobre a relevância do cooperativismo no contexto da N.E.P- “Nova Política Econômica”. Diz respeito à política econômica implantada na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) na década de 1920, expostas nas palavras de Lênin (2000, p. 48):

Com resultado, entre nós, sendo o poder de Estado executado pela classe do operariado, e possuindo o Estado todos os meios de produção, apenas nos falta, de modo efetivo, reunir a população em cooperativas. Logo que a população esteja reunida em cooperativas, o socialismo perpetua-se por si próprio, este socialismo que causava antes legítimas zombarias, gargalhadas, o desdém das pessoas convencidas com razão da reivindicação e necessidade da luta de classes, da luta pelo poder político, etc. Portanto, nem todos os sujeitos compreendem a enorme importância, ilimitada, que a cooperação revela para nós, hoje, na Rússia.

Ao associar o cooperativismo com a luta de classes e as contradições do modo de produção capitalista, Marx tem como mote o processo de transição do modo de produção capitalista ao modo de produção associado ou comunista, ou seja, sua base é a reprodução de uma forma social estabelecida historicamente e, em sua qualidade histórica, é de transitoriedade como qualquer outro modo já existente e como analisa Hobsbawm (1983, p.63), não se aproxima às propostas antecedentes.

Entre outras coisas, distintamente dos socialistas que o tinham antecedido, – para os quais a nova sociedade era algo concluído em si mesmo, que devia ser construída de forma definitiva segundo os parâmetros previamente selecionados, – para Marx também a sociedade futura continua a se desenvolver historicamente, de forma que dela só se podem antever os princípios e as linhas gerais, deixando de lado os detalhes dos projetos.

No contexto de um capitalismo globalizado as mazelas e as contradições do desenvolvimento da produção social submissos ao capital e seu intrínseco caráter destruidor. Além de aumentar a produtividade do trabalho e, com resultado, a exploração dos trabalhadores a pontos nunca antes vistos, seu sentido e funcionamento conduz, também, a vida em geral em risco.

Em 1864, Karl Marx, tendo em vista ao pedido da comissão responsável pela criação dos documentos e diretrizes da I Internacional¹⁴, produz o manifesto inaugural da associação, em que surge uma resumida reflexão que faz relação entre fábricas cooperativas e o trabalho associado, compreendido como superior à forma assalariada.

O futuro nos prepara uma vitória ainda maior da economia política do, operariado em relação a economia política dos proprietários. Aludindo ao movimento cooperativo, especialmente às fábricas cooperativas elevadas pelos esforços desajudados de alguns *handsaudazes*. O valor destas grandes experiências sociais não pode ser superestimado. Pela ação, ao invés de por palavras, revelam que a

¹⁴ Associação internacional dos trabalhadores, primeira organização operária a superar fronteiras nacionais, concentrando membros de todos os países da Europa e Estados Unidos.

produção em grande escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna, pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que usam o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa, com gosto, entusiasmo e alegria. Na Inglaterra, as sementes do sistema cooperativista foram lançadas por Robert Owen; as experiências operárias levadas a cabo no Continente foram, de fato, o resultado prático das teorias, não descobertas, mas proclamadas em altas vozes em 1848 (MARX, 1956b: 354-355)

Nesses registros, faz referência ao trabalho cooperado e associado como contraponto ao trabalho assalariado, como relação que direciona para a futura transição do assalariamento e se relaciona com as fábricas cooperativas já existentes em sua época. Para Marx, o trabalho associado é uma relação que se manifesta no movimento da classe trabalhadora, mais particularmente, nas fábricas cooperativas e, simultaneamente, que se contrapõe ao assalariamento e liga-se às necessidades de uma nova relação social de produção baseada na associação dos produtores (trabalhadores).

Quando Marx menciona às fábricas cooperativas, refere-se à extinção da antítese entre capital e trabalho e da propriedade individual capitalista em seu modo positivo. As fábricas cooperativas, analisadas de perto, são manifestações dos trabalhadores e, de modo mais geral, produto das contradições do modo de produção capitalista. Como obra da classe trabalhadora e, simultaneamente, fruto da pressão que o crescimento das forças produtivas executa sobre as relações de produção capitalista. O seu surgimento não tem nada a ver com idealizações de comunidades excêntricas, com o Estado ou com a filantropia burguesa. Refere-se a uma delimitação teórica específica, diferente dos socialistas utópicos e de Proudhon. Os parâmetros de transformação para uma nova sociedade não seria ações de visionários ou de concepções *a priori*, mas resultado do movimento dos trabalhadores enquanto classe.

Dessa maneira, a classe social explorada pelo capital caracteriza-se como integrante primordial na superação do capitalismo. No embasamento dos socialistas utópicos, o novo padrão de sociedade não se associa com a ação política da classe trabalhadora, apesar de ela ser a principal beneficiada.

Assim, fica evidente que os embasamentos de Marx sobre o cooperativismo não acham similitudes no pensamento desses três visionários. Na concepção marxista, a classe trabalhadora é imprescindível para a superação do capitalismo. Nas outras, dispensa-se por completo a capacidade política dos trabalhadores.

Portanto, Marx compreende a constituição das primeiras cooperativas como capazes de mudar uma sociedade fundada nos princípios capitalistas em uma sociedade onde uma economia socialista surge como alternativa ao modo de exploração e exclusão dos trabalhadores e da apropriação de sua mão-de-obra excedente. Embora ele considerasse que esse cooperativismo não seria praticado de forma isolada, isto é, limitado a exemplos específicos, podendo ser desenvolvido em uma proporção cada vez mais ampla e baseada na ciência e na produção. Apenas desse modo as cooperativas transformar-se-iam em importante ação contra o desigual e contraditório sistema capitalista.

Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardid; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tornando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, consequências inevitáveis da produção capitalista – será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo (MARX, 1983, p.197).

Marx também acredita ser necessária a existência de uma rede de integração em parâmetro global entre as diversas cooperativas seguindo um plano político definido e articulado, porém tratando também os aspectos locais de cada nação.

Analisamos que mesmo tendo evidenciado a prática de um cooperativismo global apto a substituir o capitalismo, as ideias de Marx no que se refere a essas questões não foram disseminadas como o foram as suas vastas considerações em torno do sindicalismo, modo de ação política que enfrentaria o capitalismo. Incumbe-se isso a determinados fatores bem como: a) o fato de diversas experiências de cooperativismo de sucesso terem sido abafadas e desorganizadas pela burguesia inglesa, pois o cooperativismo ia de encontro aos interesses dos capitalistas e que o movimento, se disseminado, poderia influenciar a ocorrência de crises substanciais para o próprio sistema capitalista; b) a ausência de discussão mais produtiva no campo do cooperativismo pela ideia de que se achava difícil a autogestão de uma

cooperativa desenvolvida sem a representação de uma autoridade (patrão) que definisse as regras responsáveis pelo desencadeamento de todo o processo de produção e gestão do empreendimento. Portanto compreendia-se também que caso essa autoridade existisse a cooperativa perderia a base de seus princípios de cooperação mútua e tornando-se uma empresa capitalista camuflada na ideologia do cooperativismo.

Marx assinala que na economia socialista desapareceria a presença do patrão, visto que em uma cooperativa não pode existir apenas um representante aos quais os lucros da produção devem ser destinados, mas sim todos os cooperados assumem o papel de “donos” e por não subjugar o seu trabalho a apenas um dono dos meios de produção, executam com mais veemência e prazer suas atividades (MARX, 1983).

Fazendo uma sincronia entre COPPALJ e as reflexões marxista sobre cooperativismo, constata-se que nos anos iniciais de seu funcionamento essa cooperativa, além de reproduzir o ideal do cooperativismo utópico, igualdade e de sociedade perfeita, também se encaixa nos aspectos cooperativista defendido por Marx, onde a cooperativa seria um movimento que conduziria a classe trabalhadora à busca pela inserção na sociedade por meio de um movimento articulado pela sociedade civil. No caso analisado esse processo se daria por meio da organização de produtores rurais e trabalhadores em torno da produção agroextrativista, visando a redução da exclusão social e dos elevados índices de emigração dos filhos dos produtores rurais do município de Lago do Junco.

Entretanto, posteriormente alguns anos de crescimento da cooperativa ela deixou de lado parcela dos princípios que direcionam sua criação e a partir de então aderiu práticas e políticas típicas das formas de produção capitalista. No sistema capitalista as cooperativas, principalmente as cooperativas de produção, são conduzidas à seguir dois caminhos: o primeiro é se dissolver pelo fato dos cooperados não aceitarem mudar a cooperativa em uma empresa capitalista, e o segundo, fazer com que a cooperativa passe por um processo de adaptação a economia de mercado.

No caso específico da COPPALJ é possível afirmar que o caminho que vem sendo seguido pela cooperativa foi o da adaptação à economia de mercado tendo em vista que atualmente o empreendimento tem se

reconfigurado como uma organização com características estratégicas do sistema capitalistas para poder aumentar o seu mercado consumidor. Assim sendo mesmo a COPPALJ ainda utilizando a denominação de cooperativa tem se inserido cada vez mais numa lógica mercadológica de produção.

A partir dessa análise, ressalta-se mais uma vez que, mesmo tendo a COPPALJ surgido influenciada pelo ideal utópico e marxista da prática de um cooperativismo, que aspirava inserir os trabalhadores rurais no mercado de trabalho, um tipo de cooperativismo que seria caracterizado por uma bandeira de luta contra a sociedade excludente, hoje se caracteriza como uma cooperativa que está cada vez mais imbuída na lógica capitalista de produção. Se observarmos com um olhar crítico as demais cooperativas existentes hoje, percebe-se que cada vez mais se tornam verdadeiras empresas com características do sistema capitalista.

3. EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: Funcionalidade, Limites e Possibilidades.

3.1 O Caso Específico da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco- COPPALJ.

Exponho brevemente alguns traços das análises gerais que elucidam as experiências de produção associada, como estratégias de enfrentamento ao desemprego, que analiso ao longo do trabalho de campo, são considerações que servem de medidas para análise da experiência cooperativa que recebem apoio e orientação da ASSEMA (Associação em áreas de assentamento do Estado do Maranhão), o caso específico da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco- COPPALJ. Inicialmente, a trajetória histórica desses empreendimentos, funcionamento, estrutura da cooperativa, relação de trabalho e produção, tal como a construção de redes solidárias e o interesse dos trabalhadores em fazer parte de cooperativa e associação.

A COPPALJ surgiu em 1991 em um processo de mobilização, assim registrado: “os modos de organização política conjugadas com uma intensificação da assistência técnica administrativa para uma eficiente gestão das terras conquistadas, tiveram como resultado a criação da COPPALJ” (ALMEIDA 1995, p. 240).

Assim como Almeida (1995), Silva (2000) afirma “essa cooperativa objetiva desenvolver ações que possam ser úteis aos interesses dos pequenos produtores que atuam na sua área de domínio e abrangência (...). A cooperativa busca sempre delimitar um espaço de luta, tendo como objetivo, viabilizar uma alternativa de enfrentamento de uma realidade adversa às famílias que buscam sobreviver por meio do extrativismo e das culturas tradicionais (arroz, feijão, milho e mandioca)” (SILVA 2000, p. 216).

Ao ter contato com os documentos, atas das reuniões, relatórios da ASSEMA e principalmente entrevistando os dirigentes da cooperativa, observou-se que a COPPALJ foi sendo construída e se constitui numa rede de organizações locais, carregando características de um movimento social regional.

No decorrer do trabalho, houve diálogos frequentes com grupo de cooperados, bem como os representantes diretores e coordenadores da cooperativa. Estes, por sua vez, compõem a COPPALJ, que aqui tratado como uma organização e articulação política dos trabalhadores. A COPPALJ é uma instituição juridicamente constituída, composta por direção eleita, membros filiados, reuniões constantes de direção e de associados, que elaboram planejamentos e seguem planos de atuação estruturados segundo uma lógica da organização, e apresentam certa hierarquia em seu funcionamento.

A COPPALJ é considerada como um Movimento, pois se organiza em rede regional composta de outros tipos de organizações juridicamente constituídas ou não, que objetivam tanto a organização da produção e da comercialização, assim como da mobilização social.

A rede de organizações locais é referente a grupos de base, tais como: cooperativas agroextrativistas e associações de assentamento, entre elas, a COPPAESP (Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (MA)), AMTR (Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues), ASSEMA e sindicatos de trabalhadores rurais da mesma área de atuação. Objetivando a mobilização e procura dos seus interesses apoiados na comercialização justa e solidária dos seus produtos, bem como eliminar totalmente e vencer os comerciantes atravessadores que ainda estão presente na economia local, acreditando assim, que articulada com outras associações e cooperativas possa vencer esses obstáculos.

Também foi possível destacar, por meio de levantamento de fontes secundárias, que a forma particular desse grupo social se organiza e mobiliza como um conjunto de organizações que envolvem discussões diversas tais como: mercado no âmbito de uma economia distributiva e solidária; convivência com a natureza e uso dos seus recursos naturais de forma responsável garantindo sua preservação para as gerações futuras; produção e beneficiamento dos recursos tendo em vista a adoção de técnicas orgânicas e ecológicas. A essa diversidade de assuntos, há também a constante mobilização por recursos, pressão e negociações na busca da conquista por suas políticas no campo.

A cooperativa tem o certificado orgânico¹⁵ do processo produtivo do óleo de babaçu expedido pelo Instituto Biodinâmico (IBD). A conquista do certificado permitiu a exportação do óleo de babaçu para países europeus e americanos. Com o selo orgânico a cooperativa tem o dever de cumprir exigências da certificadora, com práticas de conservação ambiental, social e produtivo. O sistema de produção de base ecológica é uma das atividades praticadas pela cooperativa que tem colaborado para manutenção da certificação do óleo.

De acordo com Relatório da ASSEMA (2015) a área total certificada é de 10.810 ha, incluindo os municípios de Lago do Junco- MA e Lago da Pedra- MA, 64,72% desta área estão sob controle dos grandes e médios proprietários, 35,28% são dominadas pelos agricultores familiares. Segundo o cadastro do ano de 2010 das comunidades agroextrativistas de Lago do Junco em relação à área total certificada somente 5,02% é reconhecida como de manejo tradicional, em que os babaçuais não são manejados como proposto pelo estatuto da certificação orgânica e nos 94,98% da área, os babaçuais estão sendo conservados, isto é, o manuseio corresponde os critérios exigidos pela legislação da certificação orgânica.

Permanecer com a certificação orgânica tem sido um dos obstáculos, em virtude da necessidade de atender aos critérios da certificadora em que as áreas sob domínio dos agricultores se estabelecem como minifúndios, não cobrando ações conservacionistas mediante a obrigação de exploração de suas terras para garantir o atendimento das necessidades de consumo familiar. Esses trabalhadores rurais são frequentemente pressionados pelos meios midiáticos, pelos processos tradicional e convencional de produção via agentes dos bancos, pelo crédito oficial, empresas e profissionais técnicos de assessoria. Além disso, as reivindicações de certificação para os agricultores tradicional extrativistas são as mesmas exigidas para um fazendeiro ou uma empresa de grande porte. Referente à comercialização, a COPPALJ dispõe de uma rede interna de compra e venda dos insumos produzidos nos estabelecimentos das famílias, dos produtos que ela produz e dos produtos industrializados.

¹⁵Os produtos orgânicos produzidos em um sistema agrícola que manuseia de forma balanceada o solo e os demais recursos naturais – água, plantas, animais, preservando e mantendo a harmonia desses elementos entre si e com os seres humanos (IBD, 2009).

Bloch (2008) apresenta que para vender os insumos de base ecológica, os critérios observados são separados em três categorias. Primeiramente é o “acesso a mercado” *stricto sensu*, na lógica de usufruir de estruturas existentes, de âmbito público ou privado, como no caso específico da COPPALJ que vende a parte da produção de óleo de babaçu para as agroindústrias de sabão situadas na própria região. Na segunda categoria, a lógica constitui-se mais em “enfrentar” do que propriamente acessar o mercado. A COPPALJ está em incessante luta com influentes comerciantes atravessadores de amêndoa de babaçu, conquistar dessa forma um mercado mais justo é o principal objetivo dos cooperados.

Em terceiro, a lógica consiste mais em ampliar mercados que ainda não existem ou foram consolidados, ou existem de forma incipiente. Já que os mercados existentes não possibilita adquirir uma boa renda, a lógica constitui-se em consolidar um mercado diferenciado, valorizando e beneficiando o produto (construindo um valor social e ambiental ao óleo de babaçu) e procurando fortalecer o valor em um nível elevado. Trata-se, então, de desenvolver espaços econômicos até então inexistentes na região, com uma distinção visível como, por exemplo, o da certificação orgânica do óleo de babaçu voltado para o comércio justo e solidário.

Um dos fatores que incentivou a criação da cooperativa, bem como o interesse em fazer parte da cooperativa, segundo relato de um dos cooperados da COOPALJ morador do povoado Ludovico, foi a eliminação do atravessador na comercialização do óleo de babaçu, os produtos eram vendidos por preços subavaliados para os intermediários e estes vendiam no mercado externo, tendo lucros exorbitantes. Essa vantagem não era repassada para quem estava produzindo, ao perceberem a relação de injustiça dessa comercialização desigual passaram a pensar em uma organização coletiva que superasse o comerciante atravessador. A extrativista do povoado Ludovico em entrevista nos fala sobre a questão do comerciante atravessador:

“Hoje eu já trabalho com a retirada da amêndoa mais diferenciado, em 1990 a ASSEMA apareceu aqui em Ludovico e ajudou na criação da COPPALJ a partir daí, teve as oficinas, e aí nos juntamos, vimos que só as pessoas trabalhar individual, não tava rendendo lucro, vendia muito pra atravessador, atravessador comprava da gente, humilhava as quebradeiras de coco, aí eu vi que aquilo ali não tava sendo certo pra gente. Pra eles tava sendo, porque eles ganhavam o

dinheiro deles e a gente ganhava quase nada, trabalhava muito, se sacrificava muito e a gente não tava ganhando quase nada.”

Através da cooperativa alcançaram o mercado internacional vendendo o óleo por um preço acima do mercado local. A conquista da fatia dos mercados nacional e internacional estimulou o crescimento e a estabilidade financeira da COPPALJ. Hoje a COPPALJ possui 158 cooperados, e executa ações de produção de base ecológica e comercialização solidária no âmbito dos povoados em que atua, e no campo do mercado nacional e internacional. As práticas de produção de base ecológica desenvolvidas pela cooperativa busca preservar a base de recursos naturais locais pertencentes ao sistema agroextrativista de produção integrada, que compõe a estratégia de desenvolvimento regional sustentável da ASSEMA.

Essa prática de produção pretende integrar e equilibrar várias atividades¹⁶ do sistema de produção familiar em um mesmo lugar sem ter que usar produtos externos, somente produtos orgânicos locais tendo em vista substituir o uso do método de queimadas;

Com o apoio do movimento sindical da região e outros órgãos institucionais públicos e privados no âmbito nacional (MDA, BNDES, Caixa Econômica Federal, Petrobrás) e internacional (Actionaid), a ASSEMA também desenvolve atividades de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) fazendo visitas técnicas para identificar as necessidades potencialidades de cada família. Através desses programas promove ações de comercialização solidária e comércio justo por via das práticas do cooperativismo e associativismo, visando o desenvolvimento socioeconômico das famílias agroextrativistas das áreas de trabalho em que atua. Nesse sentido a estratégias tem sido a pratica da autogestão administrativa tomando como sujeitos desse processo os próprios agricultores (as) e quebradeiras de coco babaçu, associadas às cooperativas e associações.

Um dos principais objetivos do plano executado pela ASSEMA e COPPALJ é combater a violação do direito à alimentação, através do aumento da produção agroextrativista e aproveitamento da terra e demais recursos

¹⁶O método de Produção Agroextrativista é desenvolvido preservando as particularidades da produção familiar do território, incluindo técnicas inovadoras e estimulando o consórcio da palmeira de babaçu com criações de animais (pequeno, médio e grande porte); culturas anuais (arroz, milho, feijão e mandioca); hortaliças; espécies frutíferas e madeireiras; plantas medicinais e aromáticas.

naturais. Entretanto, a dimensão ambiental na região requer bastante atenção e cuidados, visto que os babaçuais, expoente máximo da riqueza natural, vêm sofrendo grandes destruições de áreas em virtude da sua substituição por monocultivos de eucalipto, cana de açúcar e capim, em torno da pecuária de leite e corte. Mais recentemente têm-se no cenário as indústrias de mineração e geração de energia.

Existe atualmente a escassez de força de trabalho em alguns núcleos familiares para as práticas inovadoras da agricultura de base ecológica, uma provável diminuição do número de famílias que se dedicam à produção agrícola. Para iniciar as práticas inovadoras da agricultura de base ecológica é necessária a presença da força de trabalho familiar de forma integrada, para que realizem a cooperação familiar na produção do trabalho.

A ASSEMA tem o objetivo de estimular através da realização de programas, cursos e oficinas as relações de cooperação e troca de saberes no âmbito da produção no trabalho, fortalecendo assim processos metodológicos que priorizam a participação ampla e democrática e do cooperativismo no trabalho. Possuímos como alusão ao ponto de vista marxista, que assim define cooperação: “Chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mas conexos” (Marx, 1975, p. 374).

De acordo com Sennett (2012) a cooperação antecede a individualização, ela é o fundamento do desenvolvimento humano, na medida em que aprendemos como estar juntos antes de aprender como nos manter a parte. Não podemos nos desenvolver como indivíduos no isolamento, precisamos garantir a própria sobrevivência e para Sennett a cooperação começa com a divisão do trabalho nos ajudando a multiplicar nossos poderes insuficientes, mas essa divisão funciona melhor quando é flexível, pois o próprio ambiente está em constante mudança.

A cooperação permite aos seres humanos elevar de modo coletivo seus meios de desenvolvimento social, político e econômico. Está sempre presente em todos os âmbitos da vida humana, seja nas formas mais simplistas, como exemplo, a cooperação encontrada em um núcleo familiar, seja nas formas mais complexa, na indústria de produção, estando assim presente em todas as

atividades executadas pelo homem por meio do trabalho praticado em sociedade.

Em nossa investigação do trabalho e da produção cooperada com base em estudo de caso da COPPALJ no município de Lago do Junco (MA), constataram-se práticas de cooperação no seio familiar e nas relações de vizinhança. Existem práticas cooperativas na produção que ocorrem entre as quebradeiras de coco babaçu e seus familiares (filha e marido em especial), assim como no espaço comunitário e de vizinhança, extração de grãos e coco babaçu em coletividade entre os extrativistas da região associados na cooperativa. Os Produtores agroextrativistas estão arraigados nestas redes de produção locais e cooperam também na comercialização de seus produtos.

No ato cooperado há uma clara divisão sexual do trabalho e na produção dos trabalhadores (as) agroextrativistas, os homens ajudam as mulheres extraíndo a matéria-prima da natureza (extração do coco babaçu) e predominantemente as mulheres extraíndo as amêndoas do coco e confeccionando o produto. A mulher tem principal papel na produção dos derivados do coco babaçu hoje desenvolvido no Município contribuindo para a complementação da renda familiar. Deste modo, o que antes era concebido como papel exclusivo do homem, como trabalhar para manter o sustento familiar, questão ligada ao modelo patriarcal, no qual o provedor deve ser a figura masculina, passa a ser reconhecido em um novo formato. A mulher passa a trabalhar fora e ajudar, quando não, a manter de forma direta o sustento familiar. Este formato é visto claramente na contemporaneidade. A atuação da mulher no mundo do trabalho e seu papel na família estão adquirindo cada vez mais espaços ao longo do tempo.

Alguns estudos realizados no Brasil sobre o tema gênero na agricultura resultam na existência da desvalorização ou não valorização do trabalho da mulher rural, na pesquisa que realizaram segundo Abramovay e Rua (2000) sobre as relações de gênero nos assentamentos, declaram que apesar das suas análises confirmarem a presença da mulher na execução de todas as atividades do campo,

“Os discursos, tanto o masculino como o feminino, permanecem caracterizando o trabalho delas *“como uma ajuda”*, porque as responsabilidades pelas atividades

econômicas são sempre deles, tanto na decisão do que plantar, como na comercialização. A falácia da “naturalidade” da divisão sexual do trabalho fica evidenciada nesta pesquisa, constatando-se um grande número de mulheres que se declaram trabalhadoras sem remuneração em atividades produtivas, e que estão também em atividades ditas não produtivas, no mundo doméstico, ou seja, não divididas, mas acumulando diversos tipos de tarefas e compromisso. O trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa que se superpõe a outras atividades principalmente na horta e no quintal. A divisão explicitada nesta pesquisa é uma amostra da persistência da imersão da sociedade rural em uma cultura patriarcal”. (RUA e ABRAMOVAY, 2000, p. 283-284)

Outras investigações, que têm estudado as relações de gênero no campo, sinalizam para a necessidade de contextualizar a família e sua importância nos modos de desvalorização do trabalho das mulheres trabalhadoras rurais nas atividades produtivas e reprodutivas. Essas observações demonstram que as relações entre homens e mulheres no âmbito familiar, e o modo como a família é instituída e reproduzida, são tão importantes assim como às relações de classe quando se trata de explicar as diferenças sociais do campesinato, bem como sua reprodução social (DEERE, 1995, apud PACHECO, 2001).

O interesse em fazer parte de associações e/ou cooperativas, bem como o crescimento do número dos trabalhadores (as) que tem agroextrativismo sua principal fonte de renda e subsistência (economia substantiva) é dado ao crescimento do desemprego tanto no ambiente urbano como no rural. Nesse aspecto, pode-se dizer que o agroextrativismo é uma alternativa de sobrevivência para o embate as consequências das mudanças no trabalho na esfera geral, proporcionando e aumentando desemprego e precarização nas relações de trabalho. Dessa forma, os trabalhadores rurais utilizam a experiência e o conhecimento obtido ao longo do tempo e, asseguram uma renda mensal (em muitos casos abaixo do salário mínimo) e concomitantemente reproduzem a cultura, a tradição e os costumes regionais. A capacidade de produzir produtos de elementos sociais e culturais que fazem parte do patrimônio sócio histórico e coletivo da região e dos saberes tradicionais. O conhecimento de produzir utilizando técnicas e saberes práticos integrantes da herança social e cultural comunitária; a matéria-prima, neste caso o coco babaçu, uma matéria que é comum do ecossistema natural e que

constitui a cultura local; as tecnologias, as ferramentas e as técnicas dos trabalhadores (as). Percebe-se o interesse em cooperar na fala da extrativista:

“É, assim, eu vejo que cooperativa é o melhor ramo que tem pra nós, ou seja, trabalhador rural, porque tem um dizer que: uma andorinha só não faz um verão, e quando a gente se junta em cooperativa é um cooperando com outro, é um ajudando o outro, então isso aí fortalece muito. Pra mim a melhor coisa que eu já participei foi de uma. (EXTRATIVISTA DO POVOADO SÃO JOSÉ)”

Em entrevista com o coordenador da COPPALJ, este explica que o próximo passo da COPPALJ é produzir redes de comercialização e apoio à produção expandindo para outras regiões do Maranhão. "Lutamos desde a década de 90 para alcançar um preço justo para o babaçu. A missão é conquistar políticas públicas de proteção, que possam manter as famílias na terra, estimula-las e que também consigam tornar os babaçuais pontos turísticos da região. Há grandes obstáculos, mas estamos prontos para superar as barreiras e fazer com que essa cadeia de produção seja exemplo para todo o País", acrescenta.

O maior contato dos trabalhadores (as) da economia agroextrativista com a economia de mercado têm acarretado diversas consequências. A princípio uma produção direcionada para consumo próprio (bens utilitários) ou produção em menor proporção para mercado local, atualmente uma produção voltada para mercados mais amplos e externos. O trabalho e a economia do agroextrativismo entram em contato com conteúdo que dizem respeito ao mundo empresarial, como características e qualidade do produto, adaptação ao mercado, empreendedorismo, são palavras centrais no cenário econômico atual.

Além dos avanços e da importância da atividade agroextrativista na sobrevivência dos trabalhadores (as) e na representação da cultura local, perduram-se os laços de precarização das circunstâncias de vida e de trabalho, as quais se encontram submersas na informalidade, isto é, boa parte dos trabalhadores (as) rurais não tem acesso aos direitos sociais, como férias, décimo terceiro e fundo de garantia, somente trabalham para realizar a reprodução social e biológica diária.

Em relação aos impactos das políticas de fomento, em análise verificamos que: a emergência da ação cooperada com a organização dos

trabalhadores rurais em cooperativa, ainda que o número de trabalhadores(as) associadas na COPPALJ seja muito pequeno uma maior consciência, entre os trabalhadores cooperados, do preço justo e da importância de se preservar os babaçuais a qual se intensificam nos grupos de produção familiar e comunitário e uma maior profissionalização dos cooperados;

Os trabalhadores (as) cooperados na COPPALJ, submersos em redes de produção locais em condições de informalidade e precariedade, defrontam-se com vários obstáculos, como: eliminar totalmente e vencer os comerciantes atravessadores que ainda estão presente na economia; vencer as dificuldades na aquisição da matéria-prima e promover a preservação dos babaçuais; enfrentar o desemprego e as dificuldades financeiras resultado das oscilações do mercado; conquistar seu reconhecimento e valorização profissional; e garantir boas condições de vida e de trabalho.

Considerando a quantidade de produção geralmente adquirida por um extrativista, dificilmente, ou quase que impossível, que ele, sozinho, obtenha ou domine as condições que se fazem necessárias para que supere a dependência em relação ao atravessador. Para a grande parte dos trabalhadores, uma das únicas saída para desenvolver autonomia na comercialização de sua produção é organizar um processo de vendas em coletivo.

Em cada região que percorre, o atravessador conhece cada produtor e as informações necessárias, endereço residencial, quantidade produzida, a qualidade da produção. Sabe exatamente onde comprar a mercadoria e a quantidade de produção que conseguirá comprar.

É muito amplo o número de associações/e cooperativas que não tem conhecimento em relação aos seus próprios associados. O atravessador tem mais informações sobre as organizações. Cada produtor sabe a quantidade que plantou e quanto espera produzir, mas não se atentam em saber a soma dessas produções. Essas noções são imprescindíveis para definir um processo de venda coletiva. Para comercializar a produção em coletivo, a associação ou a cooperativa necessitam ter uma ideia da soma de sua produção em conjunto.

Quando o comerciante atravessador manifesta-se para comprar a mercadoria, o mesmo já tem noção sobre o preço que pode pagar aos produtores. Pois tem informação prévia do preço pelo qual vai conseguir

vender. Fica informado rapidamente quando o preço começa a variar, e é nessas fases que ele obtém mais lucro. Está em permanente contato com seus compradores, tem conhecimento sobre as épocas de maior produtividade. Antes de a coleta iniciar, este já sabe as tendências dos preços. “Por não se organizarem em tempo, para adquirir essas informações, muitos produtores se veem pressionados a negociar em situação desvantajosa, porque não tem consciência sobre o valor real de seus produtos”, afirma João Valdecir, presidente da COPPALJ.

A estrutura da cooperativa construída no município do Lago do Junco foi de fundamental importância para estabelecer o preço do babaçu pago para as quebradeiras regionalmente. Em cada comunidade foi criado um posto de compra de amêndoa e venda de produtos básicos, que eram comprados na cidade no varejo e comercializados a preços de custo nos postos denominados de cantinas de comercialização. Nas cantinas comercializa-se não só o babaçu dos associados, mas também dos não-sócios, pagando o mesmo preço pelo quilo das amêndoas. No caso dos sócios, os postos compram ainda todo o excedente agrícola produzido e vendem os produtos básicos a um preço mais baixo que o preço pago pelos que não são sócios. Além disso, a partir do momento que a cooperativa gera sobras essas passam a ser distribuídas às famílias no final do ano, contribuindo assim para a melhoria de sua renda.

Quando a cooperativa foi criada o coco babaçu custava R\$ 0,40 o quilo e nós pagamos na cooperativa imediato R\$ 2,60 para a quebradeira. E nos últimos anos de 2014, 2015 e 2016 nós conseguimos sobras com a produção das quebradeiras (...) e repassamos direto e dinheiro para cada trabalhadora. (...) E fizemos uma média do que nós tinha pago de imediato pela amêndoa no momento da compra do babaçu para a quebradeira, com o que nós (...) passávamos para ela no final do ano. No ano de 2015 em torno de quase R\$ 2,90 o quilo de amêndoa. (...) Com as sobras. Ou seja, nós temos uma média de R\$ 2,60 que nós pagamos para elas de imediato (...) e passamos no final do ano em torno de mais R\$ 2,60, R\$ 2,90, em espécie, que foi o lucro que nós conseguimos com a comercialização do produto da quebradeira que seria o óleo. (Entrevista com Raimundo Ermínio em 21/11/2015 – Coordenador da COPPALJ)

Apesar de que com uma pequena diferença, os comerciantes atravessadores foram obrigados a aumentar seus preços na região, em função dos preços pagos pelas cantinas da COPPALJ, o que torna as quebradeiras de

coco de “tomadoras de preços” em “formuladoras de preços.” (MARTA, 2003, p.225).

Na região do Mearim, nos municípios do Lago do Junco, foi possível constatar uma diferença entre os valores pagos pelos comerciantes atravessadores e o definido pela COPPALJ, variando entre R\$ 1,00 e R\$ 1,50, segundo relato de um dos membros da cooperativa.

O aumento de preço da amêndoa do babaçu conduziu a uma melhoria importante às condições de vida aos trabalhadores (as) extrativistas do coco na região. Além de aumentar a contribuição do trabalho feminino na renda familiar, elevando o poder de compra da família, resgatou mais liberdade às mesmas; agora não necessitam mais sair todos os dias, para a quebra do coco a fim de assegurar o alimento do dia-a-dia. Também eliminou grande parte da relação de dependência com o atravessador, podendo agora comercializar as amêndoas na comunidade, sem ter que aguardar a chegada do caminhão ou ter de pagar passagem no carro de linha, nas comunidades em que os mesmos existem, para conseguir ir até à zona urbana vender amêndoas e comprar os produtos necessários. Essa mudança significa ainda uma liberdade de decisão sobre o consumo da família e uma maior possibilidade de planejamento do mesmo.

Destacando as potencialidades da economia do babaçu fica ainda mais evidente para as famílias e comunidade a necessidade de proteger esse recurso natural de extrema importância para reprodução de vida dessas famílias. Se, por um lado, a estratégia de valorização da contribuição do papel feminino e do coco babaçu na economia familiar é o caminho usado pelas quebradeiras de coco para convencerem seus esposos e vizinhos. Por outro lado, para convencer os fazendeiros, o Estado e a sociedade, a estratégia utilizada foi conduzida por outro viés. Após a compreensão de que o acesso ao recurso natural, terra, não mudou no acesso ao recurso natural, babaçu, os trabalhadores (as) na via institucional e construíram em coletivo a lei do Babaçu Livre que garante o livre acesso e proteção das palmeiras de coco babaçu em qualquer área pública ou privada para as famílias agroextrativistas.

Os associados COPPALJ ainda constituem um grupo quantitativamente pequeno em relação ao universo de trabalhadores rurais dessa região. A experiência dos trabalhadores (as) cooperados da COOPPALJ possibilita

refletir sobre transformações e desafios vivenciados pelos trabalhadores (as). A cooperativa na economia do agroextrativismo tem suas singularidades. Tem importância social e econômica para este peculiar mundo do trabalho e de produção, estando submersa em redes de relações de competição e de cooperação.

Em suma, a pesquisa aponta que a grande maioria dos extrativistas do coco babaçu atua de forma não associadas em cooperativa ou associações devido as suas condições socioeconômicas precárias, mas não deixam de cooperar na comunidade com outros extrativistas e na família, isso faz parte da cultura local. A cooperação existe em diferentes contextos.

As condições precárias de vida fazem com que os trabalhadores comercializem seus produtos informalmente e de forma não cooperada com comerciantes locais ou de fora, conhecidos como intermediários ou 'atravessadores'. Estes adquirem os produtos fornecidos pelos extrativistas por preços subavaliados (comércio injusto), uma prática totalmente desfavorável. Tal sistema ainda carece de políticas públicas voltadas para o setor, maiores incentivos e orientações por parte de pessoas ou entidades governamentais.

Os extrativistas ainda vivem na informalidade e em condições bastante precárias, sem acesso a direitos sociais básicos. Uma atividade não regulamentada.

A pesquisa aponta que há interesses materiais em atuar na cooperativa como a possibilidade de divulgação do produto em outros mercados, a valorização do produto com a obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo e a facilidade para ter acesso a financiamentos e outros apoios institucionais. Os extrativistas não associados em cooperativa não recebe apoio financeiro e qualificação como um associado e são as principais vítimas do comerciante atravessador.

A partir das experiências em campo podemos constatar que O trabalho cooperado pode se orientar tanto por interesses puramente econômicos individuais ou coletivos, quanto por interesses ideais. Neste panorama, a cooperativa pode ser um meio, ou seja, mecanismo organizacional que pode perseguir os mais diversos fins, desde a busca do interesse econômico puro e simples inserido na economia de mercado até formas econômicas alternativas baseadas nos valores do cooperativismo.

Assim, refletimos sobre os interesses e motivações ideais e materiais presentes no ato cooperado.

A sociologia econômica de Weber (1991) pode ser utilizada para analisar fenômenos socioeconômicos (cooperativa) e com isso inserir a dimensão social em uma análise voltada para construção social dos interesses (sociais e econômicos).

Swedberg (2005) faz uma abordagem sobre a tipologia da ação social de Weber classificada em quatro tipos principais que são: tradicional, afetiva, racional com relação a valores e racional com relação a fins (instrumentalmente racional).

A ação social racional com relação a valores é tipicamente movida por interesses ideais, assim como a ação instrumentalmente racional é tipicamente movida pelos interesses materiais. Os outros dois tipos de ação social, afetiva e tradicional complementam que a ação social pode ser movida pelo hábito (tradição) e pelas emoções, assim como pelos interesses. (SWEDBERG, 2005, p. 47).

Há tipos de ação social que são de grande importância para análise do interesse da ação cooperada (e não cooperada) na economia do extrativismo do coco babaçu, a ação racional com relação a valores (a representação cultural e simbólica do extrativismo), a ação racional com relação a fins (representação mercantil do extrativismo) e a ação social tradicional.¹⁷

Weber procura combinar uma análise da ação centrada nos interesses com outra que leve em conta o comportamento social. A teoria econômica analisa situações em que o agente é movido principalmente pelos interesses materiais e tem a utilidade como objeto, mas não leva em conta o comportamento de outros atores (uma ação estritamente econômica). A sociologia considera tanto a ação movida pelos interesses ideais quanto pelos interesses materiais que também é orientada pelo comportamento dos outros (ação social). A sociologia econômica enfoca a ação social econômica – isto é, a ação movida principalmente pelos interesses materiais, que é voltada para a

¹⁷ Weber (1991) define a ação racional com relação a valores movidos por interesses ideais; “o sentido da ação não está no resultado que a transcende, mas sim na própria ação em sua peculiaridade”. A ação racional com relação a fins (instrumentalmente racional), movida por interesses materiais, “condições de “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, o indivíduo não age de forma emocional nem afetiva, uma ação puramente calculista.” E por fim a ação tradicional, “uma ação por costumes arraigados, encontra-se além daquilo que se pode chamar em geral, ação orientada “pelo sentido”, pois não passam de estúbulos habituais, atitudes arraigadas.” (WEBER, 1991, p. 15).

utilidade e leva outros agentes em conta. A ação social e a ação social econômica também podem ser movidas pelo hábito (ou tradição) e pelas emoções, combinadas com os interesses. (SWEDBERG, 2005)

Na perspectiva da sociologia econômica de Weber (1991), ocorre em primeiro lugar, o fato interessante de que certas formas de ação social voltada para o interesse individual tendem a se transformar em formas regulares de comportamento coletivo que são muito comuns na economia e que Weber chama de regularidades determinadas pelo interesse. As regularidades determinadas pelo interesse são dignas de nota no sentido de que os agentes individuais não são obrigados a fazer a mesma coisa, nem que fazem alguma coisa por causa de alguma norma. Seguem em vez disso, seus interesses particulares e quanto mais racionais são os agentes, tanto mais similares suas ações tendem a ser.

De acordo com as idéias de Max Weber, toda sociedade compartilha um conjunto de valores e ideias, ou seja, um substrato cultural que transcende a condição social e fundamenta o comportamento econômico.

Diante disso, o trabalho em cooperativa se constitui enquanto uma prática de valor social, cultural, ambiental e econômica circulando na cadeia de valor do extrativismo. Não se pode fazer simplesmente um cálculo de custo e benefício, pois a prática de trabalho cooperado se trata de um ato amplamente simbólico que faz intervir outros valores além da pura maximização de uma utilidade econômica.

Durante a pesquisa, observaram-se como os trabalhadores (as) atribuíam o valor à produção, em cada grupo havia uma forma diferente ao atribuir o valor, os trabalhadores (as) cooperados seguem um preço que é atribuído com a ajuda da ASSEMA e COPPALJ seguindo uma tabela, e os trabalhadores (as) que trabalham de forma não cooperada em cooperativa atribuem outro valor à produção. Os trabalhadores (as) que não são associadas mostram não ter consciência sobre a valorização do produto, vendem sua produção por um valor não condizente com o tempo de trabalho investido para executá-lo, os trabalhadores (as) não associadas atribuem um valor que lhes parece suficiente, estas não seguem uma ficha técnica com cálculo do custo exato da produção.

Os produtos extraídos do coco babaçu é uma atividade singular e com alto potencial para contribuir com o bom desenvolvimento regional, por conjugar aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos entre outros. Entretanto, a pesquisa revela uma situação de informalidade da atividade e de exploração dos trabalhadores (as) por um comércio injusto e marcado por desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as cooperativas se apresentem historicamente no movimento operário como possível viabilidade autogestionária e de democracia no trabalho, sua constituição efetiva defronta-se com distintas contradições e depende de injunções políticas e econômicas: emergem sempre em momento de crise econômica e objetivam a atenuar situações de desemprego. Para Quijano (2002), os parâmetros que conduzem as cooperativas são as do mercado e do salário, e o caráter de mutualidade ou solidariedade operaria externamente às relações de trabalho, a partir da decisão consciente de seus membros. Esse tipo de consciência provém de um processo complexo, pois raramente expressa uma situação de materialidade objetiva mais satisfatória para seus associados do que a vivida anteriormente, o que explica o desinteresse por esse tipo de empreendimento em momentos de estabilidade e crescimento econômico. O caráter voluntário da adesão às cooperativas fica comprometido em contextos de crise econômica, nos quais as possibilidades de ocupação são reduzidas.

Nesse quadro, o crescimento da economia solidária mostra uma saída possível, uma política de desenvolvimento sustentável paralela às instituições capitalistas regulares e contraditoriamente, integradas a ela.

O caso da COPPALJ se resume em questões conveniente aos dois tipos de cooperativas discutidas pelo sociólogo Jacob Lima (2005), dos quais: a “lógica da solidariedade”, em que a cooperação emerge não somente como um meio para alcançar fins econômicos, mas seguindo valores e interesses ideais como cooperativismo e solidariedade; e a “lógica empresarial”, em que a cooperação é vista como ferramenta para atingir fins econômicos e financeiros de modo competitivo

A pesquisa aponta que há interesses materiais em atuar na cooperativa como a possibilidade de divulgação do produto em outros mercados, a valorização do produto com a obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo e a facilidade para ter acesso a financiamentos e outros apoios institucionais. Os extrativistas não associados em cooperativa não recebem apoio financeiro e qualificação como um extrativista associado e são as principais vítimas do comerciante atravessador.

Os interesses ideais estão marcados pelo valor simbólico, valor cultural. É por meio desses símbolos que elas se mantêm unidas e se reconhecem como um grupo com objetivos comuns. Dessa forma o trabalho cooperado em Lago do Junco-MA apresenta um caráter marcadamente dual, ao mesmo tempo em que apresentam valor simbólico e cultural, tem também produção econômica, ou seja, apresentam *duplo valor*: cultural e mercantil:

Esse universo relativamente autônomo (...) dá lugar a uma economia às avessas, fundada, em sua lógica específica, na natureza mesma dos bens simbólicos, realidades de dupla face, mercadorias e significações - cujo valor propriamente simbólico e o valor mercantil permanecem relativamente independentes. (BOURDIEU, 1996, p.162)

A produção do coco babaçu não é mera mercadoria. Trata-se de um produto diferenciado por ter tanto a dimensão econômica quanto a dimensão cultural. É um produto que integra um sistema de valores culturais da comunidade ou região.

As cooperativas e associações de pequenos produtores e trabalhadores rurais mostram-se como novas configurações de agregação social, com uma missão de socialização e se formam, hoje, como novos canais de participação e de representação. Preponderam na nossa compreensão de que se trata de organizações voluntárias, surgindo, contudo, dos ideais e da decisão de um grupo ou de um segmento de classe, com a intenção pré-definidos e relacionados às necessidades sociais numa dada realidade.

Nessas associações, constatamos que o associativismo se expõe como responsável pelo desenvolvimento local e social, e como articulador de vínculos sociais e identidade coletiva frente a crise do mundo do trabalho, que também é a crise social, uma crise dos vínculos sociais.

Portanto na conjuntura nacional do início do século XXI, em que há uma clara combinação de elevação da taxa de desemprego (e desemprego estrutural), de precarização das condições de trabalhista, de reformas do trabalho que põe em prática a terceirização e a subcontratação da mão de obra, com o conseqüente aumento da informalidade e do estímulo às estratégias de "empreendedorismo empresarial" no qual o trabalhador passa a ser o principal responsável pelo sucesso ou declínio do seu novo negócio, atribuindo ainda à desarticulação da classe trabalhadora em geral, sem

sindicatos combativos e que alcancem a radical transformação a partir do capitalismo, a condição cooperativista abordada (autogestionária, socioeconômica, solidária) tornou-se um viés de conquista de melhores situações objetivas de vida (alimentação, moradia, renda, educação, relações e laços comunitário, articulação política, entre outros) para muitas pessoas que já estavam à margem do sistema produtivo capitalista

Ao analisar diversos aspectos destacados ao longo deste estudo, alguns eixos centrais são colocados como desafios na procura desse modo de organização produtiva autogestionária, democrática e solidária: o interesse dos cooperados envolvidos e a clareza do projeto a seguir; a articulação entre a mobilização social desses sujeitos e as políticas públicas, bem como a importância da assessoria técnica; e a importância da compreensão do valor da propriedade coletiva e a conquista dos benefícios na mesma forma.

Essa busca de sobrevivência e novos modos de vivência e educação coletiva são relevantes no contexto mundial. Os homens e mulheres estão cristalizando uma nova sociabilidade a partir das formas objetivas de produção e geração de renda, bem como pela difusão de novos valores culturais, sociais e ambientais.

Baseado nesses pressupostos verificou-se que a COOPPALJ surgiu a partir da ideia de ajuda mútua, portanto, de cooperação entre um determinado grupo de produtores rurais objetivando o fortalecimento da sua atividade produtiva. Esses indivíduos perceberam que a união dos mesmos em prol do aumento da produção do óleo de coco babaçu lhes traria melhores resultados econômicos do que se continuassem como produtores individuais.

Os extrativistas de Lago do Junco pertencem à classe de pessoas com baixa renda, tendo em mãos apenas instrumentos rudimentares, conseguem uma participação ativa no processo socioeconômico e cultural do município. Os associados na COPPALJ ainda representam um grupo quantitativamente muito pequeno em relação ao universo de extrativistas nesta região. As experiências dos associados (as) imersos dentro do amplo universo desse tipo de economia significam mudanças e possibilidades para estes trabalhadores (as) vencerem o domínio do comerciante “atravessador” e praticar o comércio justo.

Para nossa pesquisa concluímos que quando um produtor está sozinho, ele tem muito mais dificuldade de produzir e principalmente de comercializar seus produtos, especificamente para aqueles extrativistas que não tem escala suficiente para vender o produto por um preço digno ficando à mercê do comerciante atravessador que pagam pouco. Ao se unir em cooperativa, esses trabalhadores têm mais potencial de conseguir romper com os intermediários.

Esse tipo de associativismo chamado solidários recria um novo cenário para o cooperativismo e que fortalece as transformações mais profundas no cotidiano dos trabalhadores e de suas famílias. A singularidade da produção associada no plano atual nos conduz a pensar na necessidade de desenvolver e intensificar as pesquisas de campo sobre estas organizações de trabalho procurando, dessa forma, examinar detalhadamente a relação entre a dimensão autônoma do trabalho, presente no interior das cooperativas e associações, e a probabilidade destas se afixarem como uma alternativa de resistência e de contestação à precarização do trabalho.

REFERÊNCIAS

FARIA, Maurício Sarda de; Fábio José Bechara. **A economia solidária no Governo Federal: intersetorialidade, transversalidade e cooperação internacional.** In BENINI, Édi A. (org). *Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas.* São Paulo: Outras Expressões, 2011.

Lima, J. C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19 (56), 45-62. 2004

HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. **Globalização em Questão.** 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

BARBOSA, Zulene M. **Maranhão, Brasil: Lutas de classe e reestruturação Produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo.** São Luís: UEMA, 2006.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel et al. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a utopia e a realidade.* Rio de Janeiro: Vozes, 2000. CORAGGIO, J.

TIRIBA, L. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada.* Ijuí: UNIJUI, 2001.

ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo.* In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). *Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático.* 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica a economia solidária.** 1ª Ed. Editora: Outras Expressões. São Paulo, 2008.

RICARDO, Antunes. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** São Paulo . Ed. Boitempo. 2006

NOVAES, José Roberto P. **Cooperativismo: Acumulação e mudança social.** In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia.** 3. ed. São Paulo: Unesp, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SOUZA, Jean Adriani de. **O TRABALHO ASSOCIADO EM KARL MARX: Contribuição ao debate acerca do cooperativismo e da transição.**

Florianópolis-SC, 2008. Dissertação (Mestrado em sociologia política) CFCH-UFSC

TEIXEIRA, Aloísio (org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BLANC, Louis. Organização do trabalho. In: TEIXEIRA, A. (org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002. pp. 195-228

BARROS, José D'Assunção. **Os falanstérios e a crítica da sociedade industrial: revisitando Charles Fourier**. Mediações, Londrina, v. 16, n.1, p. 239-255, Jan./Jun. 1999

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Fugor, 1962.

PAGOTTO, Claudete; **Produção associada na era da precarização estrutural: uma análise da atuação das cooperativas de trabalho**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

SAINT-SIMON. **Parábola de Saint-Simon**. In: O socialismo pré-marxista. São Paulo: Global Editora, 1980.

FOURIER, Charles. **O novo mundo industrial e societário**. In: TEIXEIRA, A. (org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: marx, durkheim e weber**. 2. ed., rev. e ampl Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2002

MARX, Karl. Prefácio in: IASI, Mauro. **As Lutas de Classes na França em A Revolução antes da Revolução**. Volume II, São Paulo, Expressão Popular, 2008

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. Ed. São Paulo, Expressão Popular, 2001

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. vol. I e II. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (3.ed.).

SINGER, P. (2002). **Introdução à economia solidária**. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto 2000.

SINGER, Paul. Economia solidária. In: CATTANI, Antônio David. (Org.). **A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.**

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Cultura Solidária em Cooperativas. Projetos coletivos de mudança de vida.** São Paulo: EdUSP, 2006.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo: Boitempo, 2000.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo: Boitempo, 2002.

IANNI, O. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

POCHMANN, M. **A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil,** São Paulo, Contexto, 2006.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise,** n. 57, p. 69-82, 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2002.** Rio de Janeiro, 2002.

IBGE. **Contagem da População 2007.** Disponível em:

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=cd&o=17&i=P>

GAIGER, Luiz Inácio. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. *Contexto e Educação.* Ijuí, v. 13, n. 50, p. 47-71, 1998.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva et. al. Cooperativismo, agricultura familiar e redes sociais na reconfiguração dos espaços rurais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA: consensos e controvérsia, 14, 28-31 jul. Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Marcio; SILVA, Sandro. Para além do acesso: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária no meio rural. *Mercado de Trabalho – conjuntura e análise,* ano 16, n.49, p. 87-93 Nov. 2010.

MELLO, Sylvia Leser de. Economia Solidária e democracia. In: FÍGARO, Roseli (Org.) *Gestão da comunicação no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo.* São Paulo: Atlas, 2005.

BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In: *Razão Prática. Sobre a teoria da ação.* Campinas, SP: Papyrus, 1996.

_____. **O Campo Econômico**. Revista Política e Sociedade. UFCS. V.4; N.6; 2005.

SENNETT, Richard. **Juntos: Os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2012.

_____. **O Artífice**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2008.

SWEDBERG, Richard. **Max Weber e a ideia de sociologia econômica**. RJ: Ed. da UFRJ, 2005.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UnB, 1991.

APÊNDICE I

ROTEIRO BÁSICO PARA ENTREVISTA E QUESTIONÁRIO

01. Dados pessoais e de identificação.

- Nome:
- Local de Nascimento:
- Data de Nascimento:
- Local de Residência:
- Sexo:
- Estado Civil:
- Posição na Família (Cônjuge – Chefe de Família – Filho – etc.):
- Escolaridade:
- Possui dependentes econômicos?

02. Perfil.

- Desde quando é trabalha nessa atividade?
- Status da Atividade: Principal? Secundária? Sazonal?
- Principal causa pela qual entrou nesta atividade?
- Tem vínculo institucional com Cooperativa ou Associação?
- Principais dificuldades que enfrenta na atividade?

03. Informações Sociais e Econômicas.

- Já participou de atividades de capacitação? Se sim: Quais? Especificar-tipo/quando/entidade promotora/local?
- Local de Produção? Na residência ou na Cooperativa ou outro local?
 - Quais as vantagens e desvantagens do Trabalho em domicílio?
 - Sistema de Trabalho? Cooperado/Associado/Individual/Familiar/Parceria?
 - Qual o motivo ou interesse em atuar de forma associada ou cooperada? Quais as vantagens de fazer parte de uma cooperativa ou associação – ou quais as vantagens de ser um trabalhador cooperado ou associado? O que pensa da solidariedade nas relações internas da cooperativa e nas relações com outras cooperativas e associações?
 - Tempo de Trabalho: Número de horas diárias ou semanais dedicadas à produção ou atividades na cooperativa?

- É possível definir uma renda média mensal obtida com a sua atividade?
- Está renda contribui para a economia da família? De que forma?
- Contribui para a Previdência Social – INSS?
- Dados da Comercialização: Onde/como/de quem adquire a matéria prima?
Quem são os principais compradores? Vende no atacado ou no varejo?
- Tipo de Venda: Encomenda – Atacado? Direto ao consumidor – Varejo?
- Qual o destino final da produção? Mercado Local/Estadual/Nacional/Internacional?
- Dados da Produção: Tipo de produto? Principal Matéria-prima? Técnica de Produção? Média de Produção Mensal – quantidade de produção diária/ semanal/ mensal?
- Principais órgãos ou agências de fomento que apoiam o trabalho cooperado do grupo?
- Relação: Como o trabalhador cooperado ou associado avalia a relação entre ele e os outros membros? Como ocorre o trabalho e o funcionamento da cooperativa ou associação? O que se troca nesta relação.

ANEXOS



Figura 1: Amêndoas retiradas do coco babaçu – Sede da COPPALJ



Figura 2: Máquina de processamento da amêndoa para obtenção do óleo de babaçu – Sede da COPPALJ



Figura 3: óleo de babaçu armazenado- Sede da COPPALJ





Figura 5: óleo armazenado para comercialização e exportação



Figura 6: Sede da ASSEMA